

*Versão para Comissão de Acompanhamento
14 de Março de 2008*

DIAGNÓSTICO E PLANO DE ACÇÃO

1. ÍNDICE

1. ÍNDICE	2
2. RESUMO	3
3. ENQUADRAMENTO	4
3.1 – O Concelho de Vila Nova de Cerveira	4
3.2 – A Agenda 21 Local	9
3.3 - A Agenda 21 de Vila Nova de Cerveira	10
4. PLANO DE ACÇÃO	20
4.1 - Promoção de Actividades Económicas	21
4.2 - Ordenamento do Solo Rural	37
4.3 – Infra-estruturas	46
4.4 – Intervenção Social	64
5. CONCLUSÕES	78
ANEXO A: Equipa Técnica	79
ANEXO B: Entidades Envolvidas	79

2. RESUMO

A Agenda 21 Local é um processo de envolvimento dos cidadãos e agentes locais na definição de uma estratégia de promoção da sustentabilidade local.

Na Região Noroeste de Portugal, no Vale do Minho, as autarquias apostaram na qualificação de um multidisciplinar de profissionais, provenientes dos seus quadros técnicos e de nove entidades com intervenção no território da Comunidade Intermunicipal do vale do Minho (Melgaço, Monção, Valença, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira), através da criação de um Pós-Graduação, como forma de produzir “fermento” para “levedar” o processo de elaboração da Agenda 21 Local. A formação decorreu em contexto de trabalho e as actividades resultaram na dinamização dos trabalhos de auscultação da população, na realização do Diagnóstico e na elaboração do primeiro Plano de Acção Local, município a município e no Plano de Acção Supramunicipal. Tendo este último resultado da busca de sinergias e da escala adequada aos eixos prioritários definidos de forma transversal a todo o território do Vale do Minho.

3. ENQUADRAMENTO

3.1 – O Concelho de Vila Nova de Cerveira

Introdução

Partindo do princípio que existem e são conhecidos, diversos estudos e trabalhos de caracterização do concelho, nos seus diversos aspectos, o objectivo do presente trabalho será perspectivar a análise e a visão deste território, em termos das preocupações que o processo de construção e implementação da Agenda 21 Local e dos princípios de sustentabilidade – ambientais, sociais e económicos - consagrados nos “Compromissos de Aalborg”, poderão determinar.

Nestes termos e considerando que o Município de Vila Nova de Cerveira decidiu levar por diante este esforço, que representa uma preocupação crescente de partilha de objectivos de desenvolvimento local e de responsabilidade social de governantes e governados, face ao território e às gerações vindouras, importa tecer alguns considerandos descrevendo, pelo menos nos aspectos que se consideram essenciais, qual é a realidade, o mais actualizada possível deste espaço territorial.

Breve caracterização

O concelho de Vila Nova de Cerveira situa-se na zona raiana do noroeste de Portugal Continental. Está limitado a nordeste pelo município de Valença, a leste por Paredes de Coura, a sudeste por Ponte de Lima, a sudoeste por Caminha e a noroeste pela Galiza. Com fronteira com Espanha - onde é possível aceder pela Ponte da Amizade, que liga as duas margens do rio Minho - Vila Nova de Cerveira possui uma localização privilegiada que potenciou nas últimas décadas, através da cooperação com o município de Tomiño.

Integra-se na região do Alto Minho, sendo parte da Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho. Com uma superfície de 108,46 Km², distribuídos por quinze freguesias, caracteriza-se pelo contraste entre a alta montanha e os vales dos rios Minho e Coura, sendo escassa a superfície para terreno de cultivo. Ao invés, possui uma ampla zona florestal que ocupa 68,5% do seu território, da qual 71,3% se encontra em baldio.

Esta caracterização evidencia, desde logo, um dos principais traços do concelho – a dicotomia “litoral *versus* interior” - , nele se inscrevendo algumas das suas problemáticas que mais e melhor definem a sua actual situação, permitindo a identificação de um conjunto de fragilidades, mas também de potencialidades, que orientaram as propostas de acção, no âmbito do presente trabalho.

Com questões e problemas infraestruturais por resolver, nos domínios ambiental e das acessibilidades - pese o esforço já desenvolvido - Vila Nova de Cerveira encontra-se, no entanto, numa situação relativamente privilegiada no contexto da NUT III.

Embora sendo um concelho de transição entre o litoral atlântico (onde mais se faz sentir a pressão urbanística) e o interior mais deprimido, as opções em matéria de ordenamento do território parecem ser determinantes para o futuro do concelho: conciliar a necessidade em promover o desenvolvimento local, a capacidade de atracção do concelho, a fixação das populações mais jovens e a preservação e melhoria, se possível, da sua paisagem e ambiente, eis os desafios.

Por outro lado, a localização geográfica do concelho e os investimentos em matéria de acessibilidades e também produtivos, realizados e, mais importante ainda, previstos para a região (continuidade da A28, a plataforma logística de Valença, p. ex.), reforçam a necessidade em promover medidas complementares a nível local, que reforcem as potencialidades do concelho.

Figura 1 - Cartograma da Divisão Administrativa do Concelho



Vila Nova de Cerveira, sede do concelho com o mesmo nome, insere-se no Minho-Lima (classificação NUTS III) da Região Norte (NUT II).

É o concelho do distrito de Viana do Castelo com menor área, com menor população, 8 852 hab.¹, com o menor número de freguesias - quinze - com uma das mais baixas densidades populacionais do distrito, 80,7 hab/Km², e em que a população feminina tem um peso (51,9%) ligeiramente superior à masculina.

Ainda em termos demográficos, pode-se ainda constatar que a população de Vila Nova de Cerveira se apresenta relativamente envelhecida (índice de envelhecimento = 165,5) acima da média da NUT III (152,2), embora com indicadores educacionais sensivelmente melhores do que os apresentados pela região.

¹ Censos , Resençamento Geral da População, 2001.

² Anuário Estatístico da Região Norte 2006.

Associado ao problema do envelhecimento, deve reconhecer-se que a desertificação das freguesias do interior, com a saída das populações mais jovens, tem gerado alguns focos de isolamento, que importa registar.

Por outro lado, a taxa de actividade do concelho, correspondente ao número de activos por habitante, é bem superior à média da NUT III, a que não será alheia, por certo, a dinâmica empresarial iniciada há duas décadas atrás.

Isto não significa, no entanto que estejamos em presença de um concelho sem desemprego. Ao contrário, entre os dois últimos censos, este indicador quase duplicou (6,3 contra 3,2). Embora abaixo da média da NUT III, este indicador parece indiciar algum tipo de desajustamento no mercado local de trabalho que, face à procura crescente de pessoal por parte do tecido empresarial instalado, não é capaz de absorver uma faixa relevante da população desempregada, facto a que não será alheio o já referido índice de envelhecimento e a débil qualificação dos recursos humanos.

Isto, apesar do esforço e investimento efectuado na educação, nos últimos anos. Com escolas públicas e privadas, cobrindo todo o espectro e tipo de actividades de educação e formação (educação pré-escolar, básica, secundária, profissional e superior, incluindo a universidade sénior).

Claro está que, nomeadamente, esta situação gera disfunções a nível social, sendo patente que persistem ainda as condições para a perpetuação e reprodução dos ciclos de pobreza, em extractos mais vulneráveis da população.

Ainda em termos económicos e quando se analisa o pessoal ao serviço das empresas e o volume de vendas, Vila Nova de Cerveira apresenta uma situação diferente da generalidade dos municípios da NUT III, que convém referir e valorizar.

Embora o Turismo seja considerado um sector estratégico, o peso da indústria transformadora é predominante, quer ao nível do emprego gerado, quer em termos do volume de vendas das empresas do concelho.

Este facto, torna também claro que o crescimento da actividade turística deverá, em termos estratégicos, estar aliada à consolidação da base produtiva local e, em particular da indústria, procurando desenvolver o turismo de negócios que combata, de forma eficaz, a sazonalidade que condiciona actualmente o sector turístico.

Esta constatação e o posicionamento privilegiado do concelho em termos do seu desenvolvimento industrial, mesmo no contexto da região norte, determinam uma necessidade acrescida em monitorizar a evolução do sector no futuro próximo e a adopção de medidas e políticas que assegurem a modernização e a adaptação do conjunto das actividades instaladas.

Aliás, sendo evidente que os problemas do território carecem de um tratamento global, a verdade é que o “económico” condiciona e/ou potencia tudo o mais. Deste modo, parece ser determinante uma visão sobre o território que assegure a boa utilização dos recursos endógenos, promova o bem-estar das populações, salvaguardando o futuro.

3.2 – A Agenda 21 Local

O conceito de Agenda 21 nasceu na Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, e propõe-se criar meios e ferramentas que visam atingir o desenvolvimento sustentável, invertendo desta maneira o processo de destruição do meio e eliminando as desigualdades entre os diversos países e regiões do Mundo.

“Cada autoridade local deve iniciar um diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e adoptar uma Agenda 21 Local. Por meio de consultas e da promoção de consensos, as autoridades locais ouvirão os cidadãos e as organizações cívicas, empresariais e industriais locais e obterão a informação necessária para formular as melhores estratégias” (Agenda 21, Cap. 28).

Sucintamente podemos definir a Agenda 21 Local como um processo contínuo, elaborado de forma participativa, que visa um maior envolvimento entre a autarquia e os diversos agentes locais nas dinâmicas de desenvolvimento económico, social e ambiental do Município. A sua concepção envolve vários temas, desde o ordenamento do território, o combate às desigualdades sociais, a protecção da saúde, a conservação dos solos, a biotecnologia, a gestão dos recursos naturais (energia, água, ar, etc.) e a educação ambiental. O objectivo é promover a sustentabilidade ao nível local, aumentando a qualidade de vida, promovendo a justiça social e o crescimento económico, sem destruir o ambiente. Para isso é fundamental existir uma concentração de esforços e de parcerias entre diversas instituições, tendo como objectivo estimular a participação pública e a criação de uma responsabilidade partilhada. Note-se que este processo é caracterizado por envolver activamente os cidadãos, já que estes são chamados a participar na construção da Agenda 21 Local. São as pessoas que dizem o que querem mudar e como.

A nível Europeu, o programa tomou forma na Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis da qual nasceram os *Compromissos de Åalborg*. Este documento foi preparado em 2004 e apresenta 10 desafios³ para criar “vilas inclusivas, prósperas,

³ 1) Governância, 2) Gestão Local para a Sustentabilidade, 3) Bens Comuns Naturais, 4) Consumo Responsável e opções de estilo de Vida, 5) Planeamento e Desenho Urbano, 6) Melhor mobilidade,

criativas e sustentáveis, que proporcionem uma boa qualidade de vida a todos os cidadãos e permitam a sua participação em todos os aspectos relativos à vida urbana.”

3.3 - A Agenda 21 de Vila Nova de Cerveira

Introdução

No Alto Minho, esta perspectiva, foi encarada pelos autarcas quando, na Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, tomaram a decisão de não comprar um Plano de Acção para a implementação da Agenda 21 Local nos seus concelhos, na prossecução dos Compromissos de Åalborg, optando por qualificar técnicos que desenvolvem actividade no Vale do Minho (nos quadros dos municípios ou de outras Entidades). Esta decisão leva a que o produto do esforço para implementação da Agenda 21, nesta comunidade, resulte num três em um. O território obtém assim um Plano de Acção da Agenda 21 Local por Município, um Plano de Acção Intermunicipal para os eixos transversais e cerca de duas dezenas de técnicos qualificados e comprometidos para reavaliar e dar continuidade ao trabalho.

Então como fizeram? Resolveram contactar a Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica (AESBUC), no intuito de que esta entidade assumisse em colaboração com a Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho a preparação de uma candidatura ao Quadro Comunitário de Apoio III (QCAIII), ao Programa Operação Norte (ON), para a realização de uma acção de formação. O trabalho realizado entre as duas Entidades resultou na formatação de uma Pós-Graduação intitulada “Desenvolvimento e implementação de metodologias de participação pública: o caso prático das agendas 21 locais”, que decorreu entre Outubro de 2006 e Março de 2008, num total de 696 horas. Os formandos foram responsáveis, ao longo do curso, pela dinamização da Agenda 21 Local dos vários Municípios.

No anexo A é apresentada a equipa envolvida no processo.

Menos Tráfego, 7) Acção Local para a Saúde, 8) Economia Local Dinâmica e Sustentável, 9) Equidade e Justiça Social e 10) Do Local para o Global.

Divulgação e participação pública

Após o arranque da Pós-graduação em Outubro de 2006, em que estiveram envolvidos três técnicos que colaboram com a autarquia, para além de um técnico da Valorminho e da AESBUC – Universidade Católica que assegurou o necessário acompanhamento técnico do processo, o primeiro momento que poderá ser registado e que marca o início dos trabalhos propriamente ditos da Agenda 21 de Vila Nova de Cerveira, dá-se em 15 de Dezembro desse mesmo ano, quando a Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, deliberou a subscrição dos “Compromissos de Aalborg”.

A respectiva assinatura verifica-se no início do ano, sendo que em 13 de Fevereiro de 2007 Vila Nova de Cerveira recebe o certificado que comprova a sua qualidade como município subscritor dos compromissos de Aalborg.

Figura 2 – Certificado comprovativo da assinatura dos Compromissos de Aalborg



Ainda em Fevereiro e depois da criação do Grupo Coordenador da Agenda 21 de Vila Nova de Cerveira, presidido pelo senhor Presidente da Câmara, é desenvolvida uma

primeira reunião participativa, dirigida aos pessoal da autarquia, através da qual se procurou dar a conhecer este processo e, ao mesmo tempo, avaliar a nível interno, da sustentabilidade das práticas e modo de funcionamento da própria Organização Camarária.



Sucederam-se os contactos prévios estabelecidos com a Comunidade Cerveirense, que ajudaram à construção do “Perfil da Comunidade”, e que facilitaram ainda, no período de Maio a Junho de 2007, um conjunto de 16 reuniões participativas, as quais se efectivaram em todas as Junta de Freguesia do concelho, para além de uma reunião desenvolvida com o plenário do CLAS (Conselho Local de Acção Social).



Estas sessões decorreram, essencialmente, em horário nocturno, tendo a sua publicitação sido efectuada através de cartazes distribuídos nas sedes de Junta e em locais estratégicos de cada freguesia. Paralelamente, promoveu-se a distribuição

postal de convites dirigidos a todos os domicílios do concelho, tendo-se, igualmente, envolvido a Rádio Cultural de Cerveira e os párocos das diversas freguesias no processo de divulgação e promoção desta iniciativa.

A planificação das reuniões, assentou na adopção de uma metodologia expositiva e na recolha e identificação das áreas/problema, considerando os domínios do económico, ambiental e social, que já haviam servido para agrupar os contributos obtidos aquando da definição do “perfil da comunidade”.

Ainda no âmbito da metodologia seguida neste trabalho, há a referir a circunstância de os contributos individuais obtidos terem, em cada reunião, sido submetidos à discussão do grupo, no sentido de reunir consenso e, assim, seleccionar as áreas prioritárias de intervenção.

A prossecução das reuniões desenvolvidas obedeceu à programação e calendarização previamente definidas e negociadas com as Juntas de Freguesia, tendo as mesmas sido realizadas, conforme já se referiu, no período da noite entre as 21H30 às 24H00. Em termos médios, o número de participantes por reunião atingiu as 15,2 pessoas, oscilando, as mesmas, em alguns casos com uma diminuta ou quase nula participação, com outras onde colheu maior aceitação, conforme se poderá constatar do gráfico que apresentamos seguidamente.

Quadro 1 – Participantes nas Reuniões realizadas nas Juntas de Freguesia



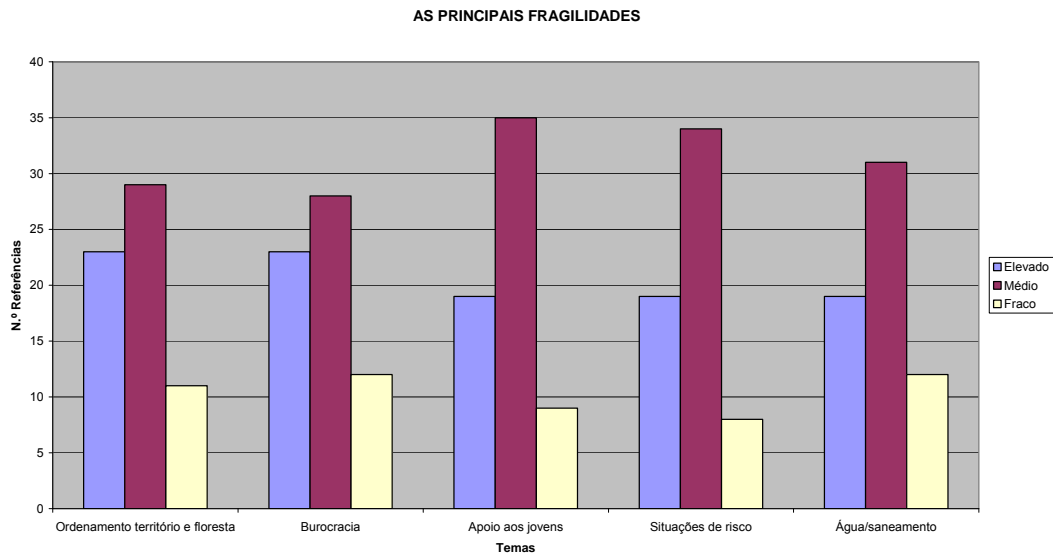
Ao nível dos resultados obtidos neste conjunto de reuniões e considerando o âmbito das temáticas abordadas – as questões ambientais, económicas e sociais – a avaliação que poderá ser efectuada, é que as mesmas permitiram, de facto, colher informação relevante para a realização do I Fórum da Agenda 21 Local, realizado em 19 de Julho de 2007.

Realizado no Auditório Municipal, registou a presença de mais de oitenta participantes, sendo que foi possível registar a participação activa e permanente de sessenta e cinco cidadãos, número que se considera tanto mais significativo quando recordamos as condições climatéricas em que decorreu a reunião, que exigiu dos presentes uma persistência e vontade manifesta em participar.



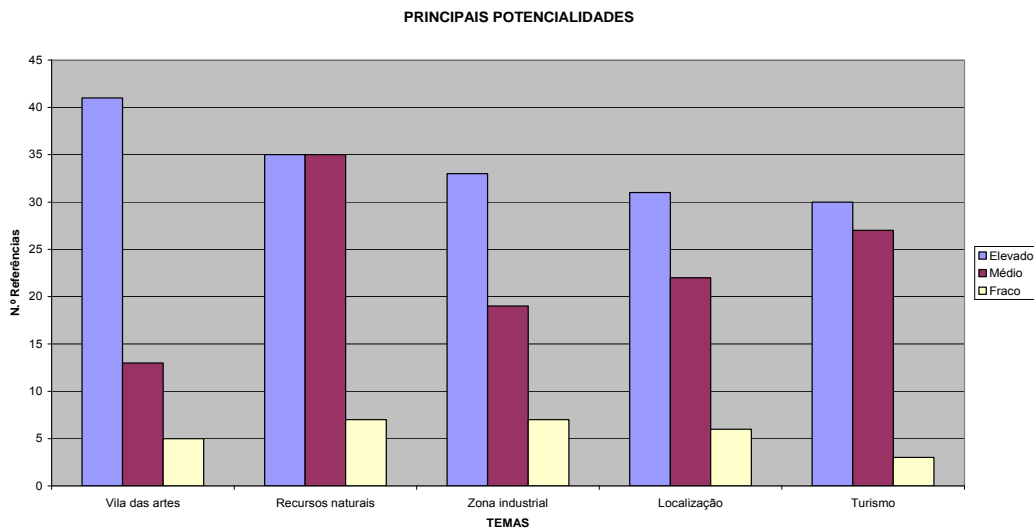
Em termos dos resultados obtidos constatou-se, ao nível das principais fragilidades do concelho, que os contributos dos cidadãos presentes apontaram os temas sociais, do ordenamento e das infra-estruturas, como áreas sensíveis que, por certo, devem merecer a atenção dos responsáveis pela gestão municipal.

Quadro 2 – As principais fragilidades identificadas



Relativamente às potencialidades previamente inventariadas parece também claro que as questões económicas, relacionadas com o turismo e a zona industrial, relevam para o futuro e a visão de futuro deste território que é o concelho de Vila Nova de Cerveira.

Quadro 3 – As principais potencialidades identificadas



A realização deste encontro aberto à Comunidade Cerveirense encerrou um primeiro ciclo de diálogo entre cidadãos e das estruturas do Município com a população local. Antes disso, efectuaram-se as entrevistas e conversas realizadas em Março/Abril de

2007, a cerca de 6 dezenas de cidadãos, que representam o tecido social, cultural, político e económico do concelho, as reuniões participativas realizadas em todo o concelho, nos meses de Maio e Junho que contaram com mais de 240 pessoas.

Áreas de Intervenção

Depois da realização desta iniciativa e em consequência da mesma, o Grupo Coordenador Local, elegeu as áreas de intervenção a incluir no Plano de Acção da Agenda 21 de Vila Nova de Cerveira, bem como as respectivas prioridades a prosseguir dentro de cada uma delas:

Quadro 4 – Áreas de Intervenção/Prioridades

Áreas de intervenção/Prioridades
<u>1. Promoção de actividades económicas</u>
Actividades empresarias
Turismo
<u>2. Ordenamento solo rural</u>
Conservação recursos naturais
Produção florestal
Reconversão actividades agrícolas
<u>3. Infra-estruturas</u>
Água e resíduos
Mobilidade
<u>4. Intervenção social</u>
Habitação
Grupos de risco
Saúde

Seguiu-se um período do trabalho realizado no seio do Grupo Coordenador Local, no âmbito da Pós-graduação. Realizaram-se numa primeira fase, o diagnóstico para cada uma das áreas de intervenção, bem como a articulação das acções, iniciativas ou projectos que constituem no plano de acção. Estas foram as tarefas que preocuparam e ocuparam as pessoas envolvidas até Fevereiro do corrente ano.

Foi nos dias 15 e 16 de Fevereiro de 2008 que os Cerveirenses foram novamente chamados a se pronunciarem sobre o processo da Agenda 21 Local.

Figura 3 – Cartaz de publicitação das Reuniões Participativas



Tendo por base as temáticas resultantes do processo de participação pública anterior, nestes dois dias e com a participação de técnicos, políticos e mais de 6 dezenas de cidadãos cerveirenses, para além da equipa da Agenda 21 Local, deram-se a conhecer as principais linhas de diagnóstico e as iniciativas e projectos previstos incluir no Plano de Acção.



O resultado do trabalho desenvolvido foi, entretanto, objecto de análise por parte do Grupo Coordenador Local tendo, genericamente, as propostas avançadas pelos grupos de trabalho criados nessas reuniões sido acolhidas e plasmadas nos documentos da Agenda 21 de Vila Nova de Cerveira.

Para terminar.

A reunião participativa de 16 de Fevereiro de 2008, na qual abordamos o tema das “actividades económicas”, para além das apresentações que enriqueceram a discussão sobre o sector, permitiram o desenvolvimento do debate acerca das questões que preocupam os Cerveirenses em relação ao futuro do sector.

Se, por um lado, genericamente, os participantes concordaram com a abordagem ao tema, surgiram, no entanto, outras preocupações genéricas, mas acutilantes que devem merecer a nossa atenção.

A fragilidade do nosso “empreendedorismo”, a “formação empresarial”, a necessidade de “uma estratégia de desenvolvimento regional”, um “novo alto-minhoto” com um melhor nível educacional “mais responsável e profissional”, parecem ser aspectos e vectores que importam ter em consideração.

Ou seja, o factor humano, é na opinião das pessoas, aquele que, em definitivo, poderá determinar uma alteração significativa na actual situação do concelho.

Embora esta conclusão não seja surpreendente, a verdade é que a mesma coincide com a convicção de que não basta investir nas condições físicas. Esse investimento é necessário, mas não é suficiente.

O que realmente faz a diferença são as pessoas.

4. PLANO DE ACÇÃO

QUADRO 5 – Resumo das Acções previstas no Plano de Acção

<p><u>1. Promoção de actividades económicas</u></p> <p>Acção 1 – Requalificação das ZIC's e criação do Parque de Actividades Acção 2 – Criação de Gabinete de Apoio e Promoção do Investimento Produtivo Acção 3 – Elaboração de Plano de Desenvolvimento Turístico Acção 4 – Museu de Arte Contemporânea/Museu da Bienal de Arte Acção 5 - Casa das Artes</p>
<p><u>2 - Ordenamento do solo rural</u></p> <p>Acção 1 - Sensibilização Ambiental e Monitorização dos cursos de água Acção 2 - Regulamento Municipal de Protecção da Paisagem Urbana Acção 3 - Valorização Ambiental e Turística dos Montes Acção 4 - Plano de Fiscalização e Monitorização Ambiental Acção 5 – Plano de Valorização e Comercialização dos Produtos Locais</p>
<p><u>3 - Infra-estruturas e Mobilidade</u></p> <p>Acção 1 - Campanhas de sensibilização para poupança da água Acção 2 - Mobilização para adesão à ligação à rede de saneamento público Acção 3 – Ampliação da rede de saneamento básico ao interior do concelho Acção 4 – Educação Ambiental Acção 5 - Divulgação dos serviços efectuados pela autarquia Acção 6 - Divulgação dos locais de deposição dos diferentes fluxos Acção 7 - Implementação de recolha selectiva nos serviços administrativos Acção 8 - Implementação da compostagem de Verdes Acção 9 – Promoção de Compostagem caseira – Composteiras Acção 10 - Ecomarque Ambiental Acção 11 - Beneficiação da N13 Acção 12 - Remodelação da praça da Galiza Acção 13 - Requalificação dos espaços públicos e melhoria de acessibilidade Acção 14 - Intervenção na Rede Rodoviária</p>
<p><u>4 - Intervenção social</u></p> <p>Acção 1 – Criação de Atendimento Integrado Acção 2 – Dotação de Serviços de Proximidade Acção 3 – Consulta de Alcoologia Acção 4 – Centro de Acolhimento Temporário Acção 5 – Apoio no acesso à habitação Acção 6 – Campanha de sensibilização/informação</p>

4.1 - Promoção de Actividades Económicas

Designado um dos eixos prioritários da Agenda 21 de Vila Nova de Cerveira, foi o mesmo objecto de estudo, considerando em particular as seguintes prioridades:

- Actividades empresariais, nomeadamente, a indústria transformadora;
- Turismo.

Inscrita como potencialidade, a que não é alheio o facto de em Vila Nova de Cerveira ter prosperado, nos últimos 20 anos, uma dinâmica de instalação industrial que tem por sua génese a vontade do Município em promover o desenvolvimento de alternativas de criação de riqueza e emprego a um sector primário débil e em franca regressão, a verdade é que o processo de industrialização e o sucesso das zonas industriais criadas nas décadas de 80 e 90 do século XX, se confundem e abrangem o que de mais relevante se tem verificado neste concelho, em termos empresariais. Deste modo, não podia deixar de ser objecto de reflexão mais pormenorizada a perspetivação da actual situação dos espaços de acolhimento industrial, bem como o que deles se espera para que o desenvolvimento social e económico do concelho, nos próximos anos se possa conseguir, eventualmente, a ritmos mais satisfatórios.

Por outro lado, o Turismo, nas suas várias vertentes e enquanto, sobretudo, objectivo estratégico a prosseguir para o modelo de desenvolvimento económico local, é sistematicamente apontado como uma mais valia que o concelho deve potenciar.

Naturalmente, o produto turístico de que falamos alberga e congrega outros sectores que o complementam e enriquecem: o comércio local (em particular, a feira), o mundo rural, o património em todas as suas vertentes, as gentes do concelho e uma localização geográfica privilegiada, são recursos que são necessários a esta aposta que se pretende séria e consistente.

Feitos estes primeiros considerandos e antes de avançarmos para a apresentação dos resultados obtidos, em matéria de Diagnóstico e Plano de Acção, parece-nos conveniente referir que o modelo de análise proposto e utilizado – o modelo DPSIR – foi objecto da seguinte interpretação:

- **D**iving forces – causas subjacentes aos “problemas”
- **P**ressures – pressões provocadas pela utilização dos recursos
- **S**tate – alterações provocadas pelas pressões
- **I**mpact - efeitos sentidos, em termos globais
- **R**esponse – resposta aos problemas assinalados

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA (... E SERVIÇOS)

Numa primeira abordagem ao tema, a nossa atenção voltou-se para a Indústria Transformadora, considerando as “forças motoras” que nos foi possível assinalar. No entanto, considerando a estratégia mais alargada que pretendemos seja prevista para os espaços de fixação de actividades económicas – nomeadamente, os dois pólos da Zona Industrial de Cerveira – tendo em atenção as futuras plataformas logísticas de Salvaterra do Minho e Valença e a própria sustentabilidade destes importantes espaços de promoção de actividades produtivas no concelho, não há dúvida de que, mais do que falarmos apenas na “Indústria Transformadora”, devemos procurar abordar o tema, incluindo, a possibilidade de instalação de outras actividades que não a indústria.

Aliás, é nesse sentido e com essa perspectiva que devemos, seguramente olhar para o futuro destes espaços de desenvolvimento de actividades empresarias ou produtivas, numa lógica global, que inclua a PRODUÇÃO, a LOGÍSTICA e os SERVIÇOS, para criação de um verdadeiro Parque de Actividades.

Partindo da base da análise efectuada, encontramos então as seguintes “forças motoras”:

- As condições de instalação oferecidas aos empreendedores, donde se destacaram, no passado, os preços do terreno público infra-estruturado, como um factor de atracção que explica, em boa medida, o sucesso obtido na venda de todas as parcelas disponibilizadas;

- As empresas instaladas que, apesar de num primeiro momento se poderem considerar de baixo valor acrescentado, ligadas a um sector industrial de cariz tradicional e pouco evoluídas tecnologicamente, se diversificaram e avançaram para

uma oferta que poderá ser considerada como muito interessante: Componentes Automóvel, Metalúrgica, Madeiras, Abrasivos, Produtos Alimentares, Cutelaria, passando pela Logística e Transporte, até à existência de Serviços, como é o caso do Centro de Inspeção Automóvel;

- Os serviços disponibilizados às empresas e aos seus trabalhadores, que contam já com uma creche com um regime de funcionamento que tem em atenção o trabalho por turnos das empresas instaladas, valência do “Centro de Apoio Social às Empresas”, equipamento e serviço promovido pela autarquia que contará com outros diferentes serviços e valências que, por certo, ajudarão a qualificar e a dinamizar todo este complexo essencial à visão de futuro que se pretende implantar, nomeadamente, através da criação do já referido parque de actividades;

- O “know-how” e a experiência, encaradas como vantagens comparativas ao nível da região;

- E, finalmente, a localização do concelho e dos espaços de implantação de actividades económicas.

Feito esse inventário, procurou-se verificar as pressões a que estes “recursos” estavam sujeitos, sendo que o “número de anos decorridos desde a criação dos espaços de acolhimento industrial”, o “risco de obsolescência”, ou a “exiguidade de mão-de-obra”, são em nossa opinião factores que potenciam a necessidade da maior atenção para esta realidade de molde a prevenir possíveis problemas económicos, sociais e ambientais que poderão afectar todo o concelho e a região.

Naturalmente estas “pressões” geram um “estado” ou, se quisermos, provocam alterações qualitativas no modo de vida das populações e na visão sobre o território.

A necessidade de uma “intervenção global de ordenamento espacial que inclua a requalificação ambiental e urbanística” dos pólos I e II da ZIC – Zona Industrial de Cerveira, o facto de o Parque Empresarial do Fulão não ter “de forma visível, empresas a laborar”, o facto de haver um fluxo de “centenas de trabalhadores” que diariamente se têm que deslocar para as empresas, o “aumento da competitividade

entre os diferentes locais de instalação das actividades produtivas”, são algumas das consequências que essas pressões estão ou poderão provocar.

Em termos genéricos, o estado atrás referido implica efeitos no conjunto da sociedade cerveirense, sendo de realçar os possíveis efeitos sobre “a qualidade ambiental e paisagística do território”, a perda de “receitas fiscais”, a “não criação de novos empregos”, o risco real da “dependência em relação a mono-actividades” e a necessidade de um real “reforço de competitividade do concelho”.

Esta avaliação implica a definição de possíveis respostas para ultrapassar os problemas:

- A requalificação das ZIC's e criação do Parque de Actividades de Vila Nova de Cerveira;
- O desenvolvimento de acções de promoção visando a instalação de unidades produtivas;
- A criação de Gabinete de Apoio e Promoção do Investimento;
- A adopção de iniciativas/investimentos no incremento da competitividade geográfica do concelho, como a valorização/formação dos recursos humanos, as infra-estruturas em TIC's, a identificação e desenvolvimento de actividades complementaridades em relação às plataformas logísticas de Salvaterra do Minho e Valença, são seguramente objectivos e/ou acções que devem ser prosseguidos no Plano de Acção da Agenda 21 de Vila Nova de Cerveira.

TURISMO

Conforme já referimos, o sector do Turismo, entendido nas suas várias vertentes, é sobretudo, um objectivo estratégico a prosseguir para o modelo de desenvolvimento económico local, sendo sistematicamente apontado como uma mais valia que o concelho deve potenciar.

Considerando a análise efectuada ao sector, temos então como “forças motoras”:

- A localização geográfica, que torna Vila Nova de Cerveira um concelho de transição entre o litoral atlântico e o interior rural do norte do distrito de Viana do Castelo, tendo por fronteira a Espanha, com um limite natural que é o rio Minho, que hoje já não é uma barreira, antes se tornou um veículo de comunicação e de real cooperação entre os povos das duas margens;
- As condições naturais do concelho que integra a região do Alto Minho, que dispõe dos recursos para um turismo multifacetado: o mar, os rios, as montanhas, os vales, conferem a este espaço territorial uma qualidade paisagística inigualável;
- O património construído, a sua riqueza, diversidade e estado de preservação;
- O património cultural e etnográfico, que tem por emblema a Bienal Internacional de Arte, mas também a etnografia, a gastronomia, o espaço rural, a cultura popular;
- E a marca que está associada a Vila Nova de Cerveira – a Vila das Artes - com a sua oferta de animação artística e cultural, os espaços e equipamentos culturais e a necessidade do reconhecimento desta marca como produto turístico.

Do mesmo modo que já tínhamos feito em relação ao sector secundário, procuramos verificar das “pressões” sobre os recursos identificados, tendo concluído que existem factores de diversa ordem que afectam ou podem afectar o desenvolvimento deste sector de actividade económica.

Desde logo, a mais que provável impreparação do concelho e das unidades instaladas para o “forte incremento dos fluxos humanos e das actividades” de que resulta alguma inadequação da oferta turística: o caso do “turismo de negócios” como um mercado-alvo, para o qual Vila Nova de Cerveira e a região não encontraram ainda respostas adequadas, associado à forte sazonalidade da restante procura turística, são aspectos que não podem deixar de ser tidos em conta.

Depois da análise efectuada, resulta claro que os efeitos que se fazem sentir, ao nível das ameaças que impendem sobre os nossos recursos naturais – “os fogos florestais”, a poluição dos “recursos hídricos” – as questões que têm a ver com o planeamento urbanístico – a “pressão urbanística”, a “descaracterização rural” – a “desertificação humana” que ameaça o interior do concelho, ou os “equipamentos culturais pouco

qualificados”, são também e em parte, resultado de uma actividade e utilização dos recursos, nem sempre consentânea com os princípios da razoabilidade ou da sustentabilidade ambiental, social e/ou económica.

Em síntese encontramos o Turismo numa situação em que, reconhecendo potencialidades - o “potencial da marca Vila das Artes”, as “14 edições da Bienal Internacional de Arte”, o “baixo nível de degradação do património natural e construído”, o “reforço das acessibilidades” – também persistem ou surgem problemas – “o progressivo aumento dos custos de produção”, a “pressão acrescida sobre os recursos” – que permitem dizer que muito haverá ainda a fazer para tornar o sector verdadeiramente competitivo.

Resulta pois evidente que o “reforço da competitividade”, a “valorização dos recursos naturais e paisagísticos”, uma “estratégia de valorização do produto turístico que respeite os objectivos de desenvolvimento local”, ou o “reforço do potencial de atracção turística”, são aspectos e efeitos – uns mais, outros menos patentes – que se fazem sentir da avaliação que é possível estabelecer para o sector.

Daí um conjunto de respostas possíveis para melhorar as perspectivas de futuro:

- Iniciativas/investimentos no incremento da competitividade geográfica: valorização/formação dos recursos humanos; infra-estruturas em TIC's; complementaridade em relação às ofertas turísticas da região - turismo de natureza, turismo rural, turismo de praia/balnear e o turismo de negócios;
- Acções públicas de qualificação do território, de interesse transversal: investimento em infra-estruturas básicas (saneamento e resíduos sólidos), a valorização florestal, o ordenamento do território (revisão do PDM, criação de bolsas de terrenos para construção nas freguesias de montanha), medidas que discriminem positivamente a recuperação de património construído, com manutenção da traça original (redução de taxas e impostos municipais), a promoção de acções que facilitem a fixação das populações mais jovens nas freguesias, nomeadamente, de interior;

- Desenvolvimento de estratégia de promoção turística que possibilite a valorização de uma oferta turística que se complementa ao nível da região e não concorrencial entre os municípios;
- O reconhecimento da Utilidade Pública da Fundação da Bienal Internacional de Arte, inserido numa lógica de promoção e qualificação desse produto de excelência que o concelho apresenta em termos de animação turística e cultural, a que também deverá obedecer a concretização de investimentos na qualificação de espaços de acolhimento a eventos e exposições: a construção do Museu de Arte Contemporânea/Museu da Bienal de Arte, a construção da Casa das Artes, são objectivos claros que o concelho deve perseguir.

Considerando ainda o carácter global que nos parece dever ter essa estrutura, parece-nos que o Gabinete de Apoio e Promoção do Investimento Produtivo, deverá contemplar na sua actividade, também a condução das estratégias públicas que se venham a adoptar para o sector.

Antes de as apresentarmos queríamos ainda acrescentar que, para além de outras acções que por certo estarão equacionadas em outros eixos do nosso Plano de Acção, a consideração destas não retira a possibilidade de se equacionarem outras, eventualmente, até mais relevantes.

ACÇÕES PROPOSTAS

PROMOÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Em termos sintéticos e considerando as respostas identificadas nos quadros DPSIR para a Indústria e Turismo acima referidos, foi-nos ainda possível estabelecer o seguinte quadro de acções a desenvolver no âmbito do Plano de Acção da Agenda 21 Local:

Eixo	Áreas Prioritárias	Respostas	Acções	
			Para a área prioritária	Para o eixo
ACTIVIDADES ECONÓMICAS	INDÚSTRIA E SERVIÇOS	Requalificação das ZIC's e criação do Parque de Actividades de Vila Nova de Cerveira	Acção 1 - Requalificação das ZIC's e criação do Parque de Actividades de Vila Nova de Cerveira	Acção 2 - Criação de Gabinete de Apoio e Promoção do Investimento Produtivo
		Acções de promoção visando a instalação de unidades produtivas		
		Criação de Gabinete de Apoio e Promoção do Investimento		
		Iniciativas/Investimentos no incremento da competitividade geográfica: valorização/formação dos recursos humanos; infra-estruturas em TIC's; complementaridade em relação às plataformas logísticas (Salvaterra do Minho e Valença)		
	TURISMO	Iniciativas/Investimentos no incremento da competitividade geográfica: valorização/formação dos recursos humanos; infra-estruturas em TIC's; complementaridade em relação às ofertas turísticas da região - turismo de natureza, turismo rural, turismo de praia/balnear e turismo de negócios	Acção 3 - Elaboração de Plano de Desenvolvimento Turístico para Vila Nova de Cerveira	
		investimento em infra-estruturas básicas: saneamento e resíduos sólidos		
		Valorização florestal		
		Ordenamento do território: revisão do PDM, criação de bolsas de terrenos para construção nas freguesias de montanha		
		Desenvolvimento de estratégia de promoção turística que possibilite a valorização de uma oferta turística que se complementa ao nível da região e não concorrencial, em termos dos municípios		
		Medidas que discriminem positivamente a recuperação de património construído, com manutenção da traça original: redução de taxas e impostos municipais		
		Promoção de acções que facilitem a fixação das populações mais jovens nas freguesias, nomeadamente, de interior	Acção 4 - Museu de Arte Contemporânea/Museu da Bienal de Arte	
		Reconhecimento da Utilidade Pública da Fundação da Bienal Internacional de Arte		
		Construção do Museu de Arte Contemporânea/Museu da Bienal de Arte		
		Construção da Casa das Artes		

Assim e para este eixo prioritário da Agenda 21 de Vila Nova de Cerveira, definimos um conjunto de 5 acções concretas que pensamos poderão servir os objectivos de mais e melhor desenvolvimento a nível local, aliados a uma perspectiva de real sustentabilidade que, estamos em crer, as mesmas implicam. O nosso trabalho consistiu verificar, igualmente, das condições da respectiva exequibilidade, considerando as competências municipais e os recursos que poderão estar disponíveis. Feita esta ressalva, eis os projectos/acções por nós inventariados:

TURISMO

Conforme já referimos, o sector do Turismo, entendido nas suas várias vertentes, é sobretudo, um objectivo estratégico a prosseguir para o modelo de desenvolvimento económico local, sendo sistematicamente apontado como uma mais valia que o concelho deve potenciar.

Considerando a análise efectuada ao sector, temos então como “forças motoras”:

- A localização geográfica, que torna Vila Nova de Cerveira um concelho de transição entre o litoral atlântico e o interior rural do norte do distrito de Viana do Castelo, tendo por fronteira a Espanha, com um limite natural que é o rio Minho, que hoje já não é uma barreira, antes se tornou um veículo de comunicação e de real cooperação entre os povos das duas margens;
- As condições naturais do concelho que integra a região do Alto Minho, que dispõe dos recursos para um turismo multifacetado: o mar, os rios, as montanhas, os vales, conferem a este espaço territorial uma qualidade paisagística inigualável;
- O património construído, a sua riqueza, diversidade e estado de preservação;
- O património cultural e etnográfico, que tem por emblema a Bienal Internacional de Arte, mas também a etnografia, a gastronomia, o espaço rural, a cultura popular;
- E a marca que está associada a Vila Nova de Cerveira – a Vila das Artes - com a sua oferta de animação artística e cultural, os espaços e equipamentos culturais e a necessidade do reconhecimento desta marca como produto turístico.

Do mesmo modo que já tínhamos feito em relação ao sector secundário, procuramos verificar das “pressões” sobre os recursos identificados, tendo concluído que existem factores de diversa ordem que afectam ou podem afectar o desenvolvimento deste sector de actividade económica.

Desde logo, a mais que provável impreparação do concelho e das unidades instaladas para o “forte incremento dos fluxos humanos e das actividades” de que resulta alguma inadequação da oferta turística: o caso do “turismo de negócios” como um mercado-alvo, para o qual Vila Nova de Cerveira e a região não encontraram ainda respostas

adequadas, associado à forte sazonalidade da restante procura turística, são aspectos que não podem deixar de ser tidos em conta:

Depois, da análise efectuada, resulta claro que os efeitos que se fazem sentir, ao nível das ameaças que impendem sobre os nossos recursos naturais – “os fogos florestais”, a poluição dos “recursos hídricos” – as questões que têm a ver com o planeamento urbanístico – a “pressão urbanística”, a “descaracterização rural” – a “desertificação humana” que ameaça o interior do concelho, ou os “equipamentos culturais pouco qualificados”, são também e em parte, resultado de uma actividade e utilização dos recursos, nem sempre consentânea com os princípios da razoabilidade ou da sustentabilidade ambiental, social e/ou económica.

Deste modo, encontramos o Turismo numa situação em que, reconhecendo potencialidades - o “potencial da marca Vila das Artes”, as “14 edições da Bienal Internacional de Arte”, o “baixo nível de degradação do património natural e construído”, o “reforço das acessibilidades” – também persistem ou surgem problemas – “o progressivo aumento dos custos de produção”, a “pressão acrescida sobre os recursos” – que permitem dizer que muito haverá ainda a fazer para tornar o sector verdadeiramente competitivo.

Resulta pois evidente que o “reforço da competitividade”, a “valorização dos recursos naturais e paisagísticos”, uma “estratégia de valorização do produto turístico que respeite os objectivos de desenvolvimento local”, ou o “reforço do potencial de atracção turística”, são aspectos e efeitos – uns mais, outros menos patentes – que se fazem sentir da avaliação que é possível estabelecer para o sector.

Daí um conjunto de respostas possíveis para melhorar as perspectivas de futuro:

- Iniciativas/investimentos no incremento da competitividade geográfica: valorização/formação dos recursos humanos; infra-estruturas em TIC's; complementaridade em relação às ofertas turísticas da região - turismo de natureza, turismo rural, turismo de praia/balnear e o turismo de negócios;
- Acções públicas de qualificação do território, de interesse transversal: investimento em infra-estruturas básicas (saneamento e resíduos sólidos), a valorização florestal, o ordenamento do território (revisão do PDM, criação de bolsas de

terrenos para construção nas freguesias de montanha), medidas que discriminem positivamente a recuperação de património construído, com manutenção da traça original (redução de taxas e impostos municipais), a promoção de acções que facilitem a fixação das populações mais jovens nas freguesias, nomeadamente, de interior;

- Desenvolvimento de estratégia de promoção turística que possibilite a valorização de uma oferta turística que se complementa ao nível da região e não concorrencial entre os municípios;
- O reconhecimento da Utilidade Pública da Fundação da Bienal Internacional de Arte, inserido numa lógica de promoção e qualificação desse produto de excelência que o concelho apresenta em termos de animação turística e cultural, a que também deverá obedecer a concretização de investimentos na qualificação de espaços de acolhimento a eventos e exposições: a construção do Museu de Arte Contemporânea/Museu da Bienal de Arte, a construção da Casa das Artes, são objectivos claros que o concelho deve perseguir.

Considerando ainda o carácter global que nos parece dever ter essa estrutura, parece-nos que o Gabinete de Apoio e Promoção do Investimento Produtivo, deverá contemplar na sua actividade, também a condução das estratégias públicas que se venham a adoptar para o sector.

Antes de as apresentarmos queríamos ainda acrescentar que, para além de outras acções que por certo estarão equacionadas em outros eixos do nosso Plano de Acção, a consideração destas não retira a possibilidade de se equacionarem outras, eventualmente, até mais relevantes. O nosso trabalho consistiu verificar também das condições da respectiva exequibilidade, considerando as competências municipais e os recursos que poderão estar disponíveis.

Feita esta ressalva, eis os projectos/acções por nós inventariados:

FICHA DE ACÇÃO	Acção 1 - Requalificação das ZIC's e criação do Parque de Actividades de Vila Nova de Cerveira						
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> ● Implementar uma política ordenada de utilização dos espaços que permita a criação de um Parque de Actividades, com as vertentes da produção, logística e serviços 						
	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover a requalificação ambiental e urbanística dos pólos 1 e 2 da Zona Industrial de V.N. Cerveira 						
	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover a integração espacial dos dois pólos da ZIC (iniciativa pública) e do Parque Empresarial do Fulão (iniciativa privada) 						
	<ul style="list-style-type: none"> ● Concretização da 3ª fase do Centro de Apoio às Empresas com a construção de pavilhão multi-usos 						
Síntese	<ul style="list-style-type: none"> ● Modernização dos espaços de acolhimento empresarial, sua integração e valorização 						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Criação de Parque de Actividades	X	X	X	X	X	X
	Requalificação ambiental e urbanística dos pólos 1 e 2 da ZIC e integração espacial	X	X				
	3ª fase do Centro de Apoio às Empresas		X	X			
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> ● Incipiente capacidade de empreendedorismo a nível local ● Financeiros ● Dificuldades legais/burocráticas para eventuais alterações de uso do solo ● Concorrência com outras localizações de acolhimento que possuam vantagens comparativas acrescidas, nomeadamente, em relação ao factor mão-de-obra 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> ● O tecido empresarial/industrial instalado ● A localização geográfica (proximidade à Galiza) ● A construção das plataformas logísticas de Salvaterra do Miño e de Valença 						
Modelo de gestão	<ul style="list-style-type: none"> ● As acções deverão ser dinamizadas pelo Município, procurando envolver entidades públicas e privadas 						
Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> ● O custo global das acções é estimado em 6 milhões de euros ● Para financiamento das acções deverão ser apresentadas candidaturas, no âmbito do QREN, nomeadamente, ao PO Regional do Norte 						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ● Variação nas características da base produtiva instalada ● Variação no número de empresas instaladas ● Variação nos impostos gerados a nível local 						

FICHA DE ACÇÃO	Ação 2 - Criação de Gabinete de Apoio e Promoção do Investimento Produtivo						
Objectivos	• Dotar o concelho de serviço de apoio ao empreendedorismo						
	• Implementar serviço de gestão permanente do Parque de Actividades de Vila Nova de Cerveira						
	• Promover a divulgação das oportunidades de negócio / implementação de novas actividades produtivas						
	• Promover a gestão de bolsas de emprego, incluindo a valorização dos recursos humanos						
Síntese	• Dotar o Centro de Apoio às Empresas da capacidade de gestão e monitorização do Parque de Actividades						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Gabinete de Apoio e Promoção do Investimento Produtivo	X	X	X	X	X	X
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Financeiros • Falta de interesse, no curto prazo, para as empresas instaladas • A dimensão do concelho 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • A criação do Centro de Apoio às Empresas • O interesse da CEVAL na protocolação de actividades de cooperação com o Município, neste domínio • A evolução/modernização das zonas de acolhimento empresarial 						
Modelo de gestão	• Deverá resultar da parceria público-privado						
Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> • O custo deste serviço é estimado em 100 mil euros/ano • Para o seu financiamento e das acções que o mesmo deverá desenvolver, procurarão apresentar-se candidaturas ao QREN, para além dos contributos do Município e entidades parceiras 						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Variação nas características da base produtiva instalada • Variação no número de empresas instaladas • Variação nos impostos gerados a nível local 						

FICHA DE ACÇÃO	Acção 3 - Elaboração de Plano de Desenvolvimento Turístico para Vila Nova de Cerveira						
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Promover o estudo da oferta turística concelhia 						
	<ul style="list-style-type: none"> Promover o estudo integrado das actividades económicas no concelho, na perspectiva da promoção da procura turística 						
	<ul style="list-style-type: none"> Promover estratégias de combate à sazonalidade da procura turística, nomeadamente, pelo desenvolvimento do turismo de negócios 						
	<ul style="list-style-type: none"> Promover plano de investimentos de promoção e criação de infra-estruturas 						
Síntese	<ul style="list-style-type: none"> Criar condições ao desenvolvimento do Turismo como actividade económica de elevado potencial 						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Elaboração de Plano de Desenvolvimento Turístico para Vila Nova de Cerveira	X	X	X			
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> Financeiros Fraca motivação para o desenvolvimento de parcerias necessárias A dimensão do concelho 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Potenciar o desenvolvimento económico do concelho Potenciar a atractividade do concelho 						
Modelo de gestão	<ul style="list-style-type: none"> De iniciativa pública municipal 						
Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> O custo do plano é estimado em 70 mil euros Para o seu financiamento e das acções que o mesmo deverá desenvolver, procurarão apresentar-se candidaturas ao QREN 						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> Variação no volume e tipo de procura turística Variação na tipologia da oferta turística Variação nos impostos gerados a nível local 						

FICHA DE ACÇÃO	Acção 4 - Museu de Arte Contemporânea/Museu da Bienal de Arte						
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Promover a qualificação das infra-estruturas de acolhimento cultural do concelho 						
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a consolidação da oferta cultural, visando a dinamização do produto turístico "Vila das Artes" 						
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a criação de condições ao desenvolvimento da actividade da Fundação da Bienal de Arte 						
Síntese	<ul style="list-style-type: none"> Na óptica da promoção turística do concelho, a criação de infra-estruturas físicas, é determinante à respectiva valorização 						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Construção de Museu de Arte Contemporânea/Museu da Bienal de Arte		X	X	X		
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> Financeiros Sazonalidade da procura turística A dimensão do concelho e da região 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Potenciar a dinamização do produto turístico "Vila das Artes" Permitir o reconhecimento de utilidade pública da Fundação da Bienal de Arte Potenciar o desenvolvimento de parcerias público-privado e o mecenato 						
Modelo de gestão	<ul style="list-style-type: none"> Deverá resultar da parceria público-privado 						
Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> O custo da acção é estimado em 3 milhões de euros Para o seu financiamento e das acções que o mesmo deverá desenvolver, procurarão apresentar-se candidaturas ao QREN 						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> Variação no volume e tipo de procura turística Variação na tipologia da oferta turística Variação no número e tipo de eventos culturais e artísticos Variação nos impostos gerados a nível local 						

FICHA DE ACÇÃO	Acção 5 - Casa das Artes						
Objectivos	• Promover a qualificação das infra-estruturas de acolhimento cultural do concelho						
	• Promover a requalificação de edifício-sede dos Bombeiros Voluntários de VN Cerveira, para desenvolvimento de actividades socio-culturais						
	• Qualificar o Centro Urbano de Vila Nova de Cerveira						
	• Promover a consolidação da oferta cultural, visando a dinamização do produto turístico "Vila das Artes"						
	• Promover a criação de condições ao desenvolvimento da actividade cultural no concelho						
Síntese	• Na óptica da promoção turística do concelho, a criação de infra-estruturas físicas, é determinante à respectiva valorização						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Remodelação do Edifício-sede dos Bombeiros Voluntários de VN Cerveira para Casa das Artes		X	X	X		
Constrangimentos	• Financeiros						
	• Sazonalidade da procura turística • Alguma fragilidade do tecido associativo local • A dimensão do concelho						
Oportunidades	• Potenciar a dinamização do produto turístico "Vila das Artes" • Permitir a criação de condições físicas e logísticas que facilite o trabalho das associações locais • Potenciar o desenvolvimento de parcerias público-privado e o mecenato						
Modelo de gestão	Deverá resultar da parceria público-privado						
Financiamento	• O custo da acção é estimado em 1,5 milhões de euros • Para o seu financiamento e das acções que o mesmo deverá desenvolver, procurarão apresentar-se candidaturas ao QREN						
Indicadores	• Variação no volume e tipo de procura turística • Variação na tipologia da oferta turística • Variação no número e tipo de eventos culturais e artísticos • Variação nos impostos gerados a nível local						

4.2 - Ordenamento do Solo Rural

De acordo com a Portaria n.º 389/2005, de 05 de Abril foi priorizada a reestruturação dos sectores agrícola e florestal, enfatizando os desafios colocados pelo desenvolvimento sustentável. No centro das preocupações, encontram-se a União Europeia e outras organizações internacionais, como o provam o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário, a Estratégia Florestal para a União Europeia e a Convenção Europeia da Paisagem.

Tirar partido das potencialidades do espaço rural significa, entre outros aspectos, a gestão, a conservação e a valorização dos recursos naturais e culturais existentes, assegurando o equilíbrio de usos e a qualificação das paisagens, evitando situações de sobreocupação, sem contudo esquecer que a ausência de actividades económicas conduz a situações de degradação, acentua o despovoamento e as assimetrias regionais e pode contribuir para a continuidade de fluxos migratórios que pressionam as cidades por falta de oportunidades de fixação das populações no interior rural do País.

A estratégia nacional de desenvolvimento sustentável assenta no reconhecimento do valor do espaço rural e conduz à descoberta das chamadas amenidades rurais, um domínio de intervenção muito importante uma vez que as mesmas podem complementar políticas rurais tradicionais centradas na agricultura. Neste contexto, ganha acuidade a designada multifuncionalidade do espaço rural, conceito que apela à diversificação das actividades económicas, directamente indutora da criação de condições para a fixação da população nas zonas rurais.

Desta forma, torna-se prioritário promover o ordenamento do espaço rural, quer na perspectiva do respectivo desenvolvimento sustentável, quer numa óptica de prevenção de riscos e de intervenção em situações de emergência, designadamente a ocorrência de incêndios florestais.

O Ordenamento do Solo Rural, um dos eixos prioritários estabelecidos pela comunidade de Vila Nova de Cerveira e validado pelo Fórum Participativo, decorrido

no dia 19 de Julho de 2007, foi analisado através do Modelo de DPSIR (Driver's, Pressure, State, Impact, Responses) por forma a diagnosticar as condições presentes para permitir o estabelecimento das acções a serem implementadas pela Agenda 21 Local.

A organização temática deste grande eixo foi compreendida numa trilogia que, apesar de articulada, se considerou por bem sub-categorizar:

1. Rio Minho e Cursos de Água;
2. Paisagem e Floresta;
3. Espaço Rural.

O primeiro, é considerado como um dos potenciais motores para o desenvolvimento sustentável. A diversidade da sua fauna e flora, a paisagem fluvial, a sua pesca artesanal e desportiva, a navegação de recreio e os equipamentos de apoio entretanto (Aquamuseu do Rio Minho, Parque de Lazer do Castelinho, Praia Fluvial da Lenta) constituem as suas principais forças motoras. No presente, e em resultado das pressões exercidas sobre este recurso, encontram-se diagnosticados problemas de assoreamento, poluição orgânica e química, existência de espécies exóticas que, no seu conjunto, provocam um desequilíbrio natural do habitat.

Como se poderá verificar, pretende-se neste domínio, e de acordo com as políticas nacionais (Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica e Plano Sectorial da Rede Natura 2000), desenvolver um conjunto de acções que visem a promoção da sensibilização ambiental e a monitorização do Rio Minho e dos cursos de água do concelho, dando resposta às insuficiências detectadas.

O segundo, Paisagem e Floresta, apresenta um grande potencial no concelho, tendo em conta a sua paisagem natural enquanto promotora da diversidade biológica e de desenvolvimento turístico. Todavia, exercem sobre esta força motora um conjunto de pressões que dificultam o seu desenvolvimento, nomeadamente, a desorganização e falta de enquadramento estético, os fogos e a falta de limpeza das matas, as questões

normativas, os interesses instalados, o absentismo dos proprietários florestais, entre tantas outras.

Face a estes constrangimentos, regista-se uma perda de espaço para as espécies com interesse silvícola, verifica-se uma descaracterização da paisagem e um conjunto de restrições de uso não florestal. Enquadrando-se no Plano Regional do Ordenamento Norte e na Estratégia Nacional para a Floresta, bem como nos instrumentos autárquicos, pretende-se, apostar numa redefinição e regulamentação da paisagem urbana de Vila Nova de Cerveira, promover a valorização ambiental e turística dos montes do concelho, criar e implementar um plano de fiscalização e monitorização ambiental e aclarar o regime de gestão nas áreas dos baldios para permitir a criação de ZIF'S.

Por fim, o Espaço Rural, de acordo com o diagnóstico efectuado, e presente em anexo, apresenta como estado actual a desorganização do próprio sector, impedindo uma definição estratégica para o futuro. Assim, verificou-se a necessidade de promover a dinamização do sector associativo, a promoção de novas oportunidades de negócio, a requalificação do espaço florestal e a sua rentabilização económica, aproveitamento dos subprodutos complementares da floresta e o reinvestimento dos seus benefícios, a divulgação das práticas de agricultura biológica, entre outras.

A implementação das acções propostas com base na Reunião Participativa do Ordenamento do Solo Rural, decorrida no dia 15 de Fevereiro do corrente ano, encontram-se enquadradas na Estratégia Nacional para a Floresta, no Plano Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Biológica e no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013, tendo como finalidade o desenvolvimento de um plano de valorização e comercialização dos produtos locais.

De uma maneira geral, o que se pretende com o desenvolvimento do solo rural é garantir a sua qualificação numa perspectiva de desenvolvimento sustentável de zonas, cujas potencialidades endógenas devem ser aproveitadas a benefício de um correcto ordenamento do território, mas também da qualidade de vida da população.

Enquadramento nas Políticas Nacionais:

- Estratégia Nacional para a Floresta;
- Plano Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Biológica;
- Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2007.

O solo rural é aquele para o qual é reconhecida vocação para as actividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, assim como o que integra os espaços naturais de protecção ou de lazer, ou que seja ocupado por infra-estruturas que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano.

A qualificação do solo rural processa-se através da integração nas seguintes categorias:

- Espaços agrícolas ou florestais afectos à produção ou à conservação;
- Espaços de exploração mineira;
- Espaços afectos a actividades industriais directamente ligadas às utilizações referidas nos pontos anteriores;
- Espaços naturais;
- Espaços destinados a infra-estruturas ou a outros tipos de ocupação humana que não impliquem a classificação como solo urbano, designadamente permitindo usos múltiplos em actividades compatíveis com espaços agrícolas, florestais ou naturais⁴.

⁴ Lei 48/98, de 11 de Agosto (Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo).

Ação 1 – Promoção da Sensibilização Ambiental e Acções de Monitorização do Rio Minho e dos cursos de água																																											
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Implementar a estruturação ecológica municipal definida pelo PDM; Dinamizar os recursos da flora e da fauna nas áreas de recreio que coincidam com a RNATURA; Implementar o “Projecto Rios”, através do envolvimento civil na adopção de pequenos troços do Rio Minho; Sensibilização e consciencialização pedagógica dos recursos da flora e fauna junto da comunidade escolar. 																																										
Síntese	<p>Pretende-se com esta iniciativa dar uma valorização às linhas e cursos de água do concelho de Vila Nova de Cerveira, desenvolvendo a sensibilidade comunitária para a consciencialização das boas práticas ambientais.</p> <p>As debilidades verificadas nas linhas e cursos de água do concelho, bem como as constantes intervenções desajustadas entre a realidade e a preservação do meio ambiente, provocadas nomeadamente pela pressão e poluição urbana e/ou industrial, produzem a necessidade de se intervir na flora e na fauna, através de uma articulação entre os recursos actuais e os impactes produzidos directamente.</p>																																										
Plano de trabalhos	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2008</th> <th>2009</th> <th>2010</th> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Criação do grupo temático de trabalho</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Assinatura do Protocolo com Entidade Gestora do Programa Rios</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Campanha de divulgação da Adopção de Troços do Rio Minho/Consciencialização Ambiental</td> <td>X</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Execução das acções</td> <td></td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> </tr> <tr> <td>Monitorização</td> <td></td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> </tr> </tbody> </table>		2008	2009	2010	2011	2012	2013	Criação do grupo temático de trabalho	X						Assinatura do Protocolo com Entidade Gestora do Programa Rios	X						Campanha de divulgação da Adopção de Troços do Rio Minho/Consciencialização Ambiental	X	X					Execução das acções		X	X	X	X	X	Monitorização		X	X	X	X	X
	2008	2009	2010	2011	2012	2013																																					
Criação do grupo temático de trabalho	X																																										
Assinatura do Protocolo com Entidade Gestora do Programa Rios	X																																										
Campanha de divulgação da Adopção de Troços do Rio Minho/Consciencialização Ambiental	X	X																																									
Execução das acções		X	X	X	X	X																																					
Monitorização		X	X	X	X	X																																					
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> Grande extensão das linhas e cursos de água no concelho Estado actual das linhas e cursos de água; Falta de consciência ambiental; Falta de participação pública e de uma consciência cívica 																																										
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilidade das autoridades políticas concelhias para esta matéria; Existência de uma estrutura com técnicos especializados na área para a implementação da acção; Projecto em curso da <i>Biomonitorização do Estuário do Rio Minho</i>, com dados recolhidos desde o ano de 2006 e com uma rede estabelecida com as escolas do Vale do Minho. 																																										
Modelo de gestão	A desenvolver pelo Município através do Aquamuseu do Rio Minho																																										
Financiamento	Recurso a candidaturas de financiamentos nacionais e comunitários, nomeadamente ao QREN (Eixo Prioritário III Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial)																																										
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> Número de entidades aderentes ao Programa Rios; Quantidade de troços de rio limpo; Número de alunos participantes nas campanhas de sensibilização; 																																										

Ação 2 – Proposta de Regulamento Municipal de Protecção da Paisagem Urbana							
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> • Proteger e promover os valores culturais, ambientais e patrimoniais do concelho bem como dos seus elementos naturais e construídos; • Proteger a paisagem e regulamentar os seus usos; • Criar uma imagem equilibrada e coerente do concelho; • Envolver a comunidade civil neste processo. 						
Síntese	<p>Identificam-se como agentes que interferem com a percepção visual e a qualidade da paisagem urbana e ambiental, os suportes publicitários, os toldos, o mobiliário urbano, a sinalização e as outras instalações acessórias às construções. Em particular, o fenómeno da publicidade que interfere com o equilíbrio da paisagem, a linguagem e os costumes.</p> <p>Pretende-se com esta iniciativa, através de um grupo transversal de técnicos, propor um projecto de regulamento municipal que tenha em vista a definição de parâmetros de forma a se poder enquadrar na paisagem urbana os diferentes tipos de ocupação do solo.</p>						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Criação do grupo temático de trabalho	X					
	Participação pública	X	X				
	Apresentação da proposta		X	X			
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de sensibilidade dos agentes envolvidos; • Poderes instituídos; • Custos para os particulares na substituição do existente. 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da paisagem urbana; • Envolvimento da comunidade e do sector privado; 						
Modelo de gestão	Competirá ao Município elaborar o regulamento						
Financiamento	Sem custos						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Número de participantes nas reuniões; • Aprovação da proposta de regulamento; • Implementação e as alterações paisagísticas daí resultantes 						

Ação 3 – Valorização Ambiental e Turística dos Montes de Vila Nova de Cerveira							
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar, controlar e monitorizar a comunidade acerca das espécies invasoras; Requalificar os parques de merendas e dotando-os de equipamentos de lazer; Criar a rede municipal de percursos pedestres de educação ambiental e os respectivos núcleos de apoios. 						
Síntese	Pretende-se com esta iniciativa dinamizar um conjunto de acções que visem a integração das actividades turísticas com a protecção e conservação dos recursos naturais e construídos, a valorização económica e a participação da população local, constituindo um meio privilegiado para a sustentabilidade local.						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Criação de grupo temático de trabalho	X					
	Dinamização e divulgação das acções de sensibilização e controle	X	X	X			
	Planificação dos percursos pedestres	X	X				
	Criação da Rede Municipal de Percursos Pedestres		X	X			
	Requalificação dos parques de merendas e criação de novas estruturas de lazer	X	X	X	X		
	Monitorização das espécies invasoras	X	X	X	X	X	X
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> Falta de sensibilização ambiental da comunidade; Deficiências financeiras e humanas para a realização das acções; Legislação existente para a regulamentação dos percursos pedestres 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Protecção dos recursos naturais; Sensibilização da comunidade; Valorização económica; Promoção do turismo como uma ferramenta de conservação; Criação de novas oportunidades para os operadores turísticos. 						
Modelo de gestão	As acções serão inicialmente dinamizadas pelo Município procurando o estabelecimento de parcerias com entidades privadas						
Financiamento	Recurso a candidaturas de financiamentos nacionais e comunitários, nomeadamente ao QREN (Eixo Prioritário II Valorização Económica de Recursos Especificas) e Investimento Privado.						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> Porcentagem de espécies invasoras controladas; Número requalificado de parques de merendas; Número de áreas de lazer criadas; Número de percursos pedestres de educação ambiental criados; Índice de utilizadores dos percursos pedestres 						

Acção 4 – Plano de Fiscalização e Monitorização Ambiental							
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Fiscalizar e controlar as actividades com potencial degradador ou poluidor do ambiente; Criar a Figura dos “Vigilantes Ambientais”; Criar Bolsas de CarbonoZero 						
Síntese	<p>Pretende-se com esta iniciativa proteger os recursos naturais do município, implementando-se acções que visem a protecção e o desenvolvimento do meio ambiente. Neste âmbito, pretende-se criar junto da comunidade escolar e sénior a figura dos “Vigilantes Ambientais”, os quais devem ter como missão a vigilância das áreas florestais e, conseqüentemente, a participação às autoridades das irregularidades detectadas.</p> <p>Como forma de valorização das condições ambientais pretende-se aderir às Bolsas de CarbonoZero.</p>						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Criar um grupo temático	X					
	Criação do Plano de Fiscalização e Monitorização	X	X				
	Acções de divulgação e recrutamento para os Vigilantes Ambientais”	X	X				
	Elaboração do Projecto de Compensação de CarbonoZero		X				
	Implementação do Plano de Fiscalização		X	X			
	Monitorização			X	X	X	X
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> Falta de consciencialização ambiental; Índices baixos de participação no voluntariado; Requisitos para a adesão ao CarbonoZero; Comparticipação do tecido empresarial e industrial do concelho 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Gabinete Técnico Florestal; Número de jovens; Existência da Universidade Sénior; Número de empresas e indústrias no concelho; Área florestal 						
Modelo de gestão	A definir						
Financiamento	Recurso a candidaturas de financiamentos nacionais e comunitários, nomeadamente ao QREN (Eixo Prioritário III Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial)						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> Número de “Vigilantes Ambientais”; Número de Bolsas de CarbonoZero; Número de empresas e indústrias aderentes. 						

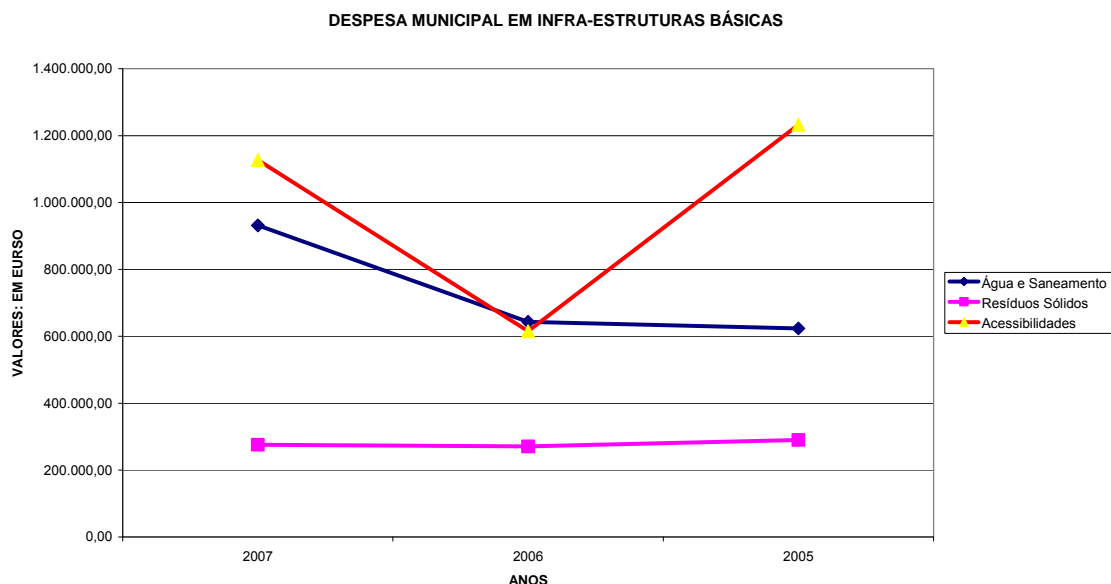
Acção 5 – Plano de Valorização e Comercialização dos Produtos Locais							
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a dinamização do empreendedorismo do mundo rural; Promover a prática da agricultura biológica enquanto novo produto de consumo local; Divulgar a rentabilização dos produtos florestais. 						
Síntese	<p>Pretende-se com esta iniciativa permitir aos agentes locais, valorizar as suas próprias potencialidades, contribuindo para o desenvolvimento económico, social e cultural do meio rural.</p> <p>Com um sentido local, este plano virá enumerar todos os produtos agrícolas e florestais que estarão na base para o desenvolvimento económico sustentável.</p>						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Criação de um grupo temático de trabalho	X					
	Estudo de identificação produtos locais produzidos	X	X				
	Estudo de viabilidade económica		X				
	Campanhas de sensibilização comunitária		X	X			
	Apresentação do Plano de Valorização e Comercialização dos Produtos Locais			X			
	Divulgação do Plano			X			
	Implementação do plano			X	X	X	X
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> Crescente abandono das práticas agrícolas; Abandono das florestas; Falta de incentivos morais para a produção agrícola e florestal; Desconhecimento/desinteresse da população para a rentabilidade destas áreas de negócio; Preços dos produtos. 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Criação de novas áreas de negócio que não estão até ao momento e serem rentabilizadas; Valorização dos Produtos agrícolas e silvícolas 						
Modelo de gestão	Parceria entre o Município e a Delegação Regional da Agricultura Entre o Douro e Minho e o Sector Privado.						
Financiamento	Recurso a candidaturas de financiamentos nacionais e comunitários, nomeadamente ao QREN (Eixo Prioritário II – Valorização Económica dos Recursos Específicos)						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> Número de produtos identificados; Número de participantes nas campanhas de sensibilização comunitária; Número de parceiros envolvidos. 						

4.3 – Infra-estruturas

As infra-estruturas básicas – nomeadamente a água (abastecimento e residual), os resíduos sólidos e a mobilidade – surgiram como um eixo prioritário da Agenda 21 de Vila Nova de Cerveira – atentas as carências ainda sentidas pelas populações e considerando, necessariamente, o processo de auscultação pública que foi desenvolvido ao longo do processo de construção deste estudo.

Apesar do investimento e dos recursos que o Município vem afectando a estes três sectores em particular que, a título ilustrativo, pode ser reflectido no quadro e gráfico abaixo, a verdade é que uma maior sustentabilidade ambiental do concelho, uma melhor utilização dos recursos e uma sempre necessária evolução positiva das condições de vida e de bem-estar das populações, são preocupações que devem estar presentes para o futuro do concelho de Vila Nova de Cerveira e, naturalmente, não podiam deixar de ser tidas em consideração no presente trabalho.

Figura 4 – Evolução da Despesa Municipal em Infra-estruturas Básicas



Deste modo e passando à análise do modelo proposto para diagnóstico das infra-estruturas locais (modelo DPSIR), de referir que a nossa opção residiu em efectuar, separadamente essa análise, do seguinte modo:

- Análise ao sector da água – abastecimento, saneamento básico e sensibilização;
- Análise ao sector dos resíduos sólidos – recolha de resíduos (indiferenciados e selectiva), sensibilização, gestão de fluxos específicos, lixeiras clandestinas e resíduos urbanos bio-degradáveis;
- Análise ao sector da mobilidade – rede viária municipal, ligações do concelho ao exterior, acessibilidade global no espaço público, incluindo edifícios.

ÁGUA

A taxa de cobertura ao nível do abastecimento em baixa, no concelho é de 100%, sendo que o sistema, à excepção da freguesia de Campos, é ainda gerido pelo Município.

Com importantes investimentos efectuados na rede municipal nos últimos anos, encontra-se identificada a situação particular de Covas, cuja rede é gerida directamente pela Freguesia e que urge intervir, atentas as condições de degradação progressiva da mesma.

Deste modo, para além de ser necessário estabelecer para o futuro, o modo de relacionamento da autarquia com a empresa intermunicipal que gere o sistema (nomeadamente em alta), importará seguramente, rever os sistemas de captação, assegurar a manutenção e melhoria da rede e assegurar os níveis adequados de qualidade da água para consumo humano.

Ao nível do saneamento básico - rede de esgotos e tratamento de águas residuais – a situação do concelho não é tão favorável. Embora estejam em curso fortes investimentos nesta área, os mesmos concentram-se ainda na faixa litoral do concelho, a qual alberga a maior parte da população e das actividades produtivas é verdade, mas que corresponde a uma ainda insuficiente parcela do território.

Importará por isso, face à necessidade em assegurar níveis adequados de acesso das populações a este serviço básico promover algumas respostas que consideramos prioritárias: a extensão da rede de saneamento básico, a mobilização dos munícipes para a adesão à rede e a construção de sistemas “compactos” nas freguesias de interior e de montanha serão, por certo, soluções que devem ser agilizadas.

Por último, sendo a água um recurso escasso, nem sempre objecto da melhor utilização, importará continuar a ter uma atitude pró-activa que incuta na população em geral e nos mais jovens em particular, uma mudança de hábitos e atitudes que tenham reflexos, nomeadamente, na poupança deste bem, essencial à vida.

RESÍDUOS

Os serviços de recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos são assegurados pela autarquia e pela empresa intermunicipal VALORMINHO. Genericamente, reconhece-se que ao nível dos recursos necessários para um sistema mais eficaz, ao nível da recolha e transporte, a exiguidade de meios é ainda um constrangimento a ultrapassar. No entanto, os principais problemas prendem-se com a forma inadequada de utilização dos recursos disponíveis, com a falta de conhecimento das populações relativamente às boas práticas, nomeadamente de separação de resíduos e, nalguns casos, com a falta de educação e civismo necessários, de molde a não provocar situações de poluição e degradação da paisagem e ambiente.

Deste modo e efectuada a análise ao conjunto das áreas do sector conclui-se pela necessidade de prever um conjunto de respostas, as quais, no essencial vão no sentido do reforço de políticas activas de educação e sensibilização ambiental, de molde a garantir uma mais adequada consciência individual e colectiva para a importância das práticas consideradas mais eficazes para lidar com a questão dos resíduos.

MOBILIDADE

Considerado como um sector vital ao desenvolvimento do concelho, tendo em conta a sua localização, a sua extensão e a dispersão do seu povoamento, tem vindo a ser encarado pela autarquia, essencialmente, através do reforço da rede viária municipal: ou seja, a sua ampliação e beneficiação.

Deste modo, o concelho possui hoje uma rede interna de acessibilidades (estradas e caminhos municipais) de cerca de 192 km, o que implica, hoje e no futuro, que parte significativa do orçamento municipal seja afecto à sua preservação, melhoria e beneficiação. Porém, esta abordagem ao tema da mobilidade, mesmo no que se refere à circulação viária no interior do concelho não é suficiente.

O problema da inexistência de respostas alternativas à utilização da viatura particular para corresponder às necessidades de mobilidade das populações, nomeadamente, do interior é, seguramente, um dos maiores problemas que afectam o concelho. Aspectos que têm a ver com segurança viária, a utilização racional dos espaços públicos, nomeadamente, a questão do estacionamento automóvel, o acesso do cidadão com mobilidade condicionada a espaços e edifícios públicos, levam-nos também a considerar a necessidade de respostas que melhorem, efectivamente, a qualidade de vida das nossas populações. Isto sem esquecer a questão das acessibilidades do concelho ao “exterior”. A EN 13, os acessos definitivos da Ponte Internacional sobre o rio Minho, o atravessamento da A28 no concelho, a ligação ao nó de Sapardos da A3, são preocupações que não podem deixar de aqui serem registadas, pese embora a competência da sua resolução não seja do município.

Ao nível das respostas que o município poderá dar e que poderá consubstanciar em projectos e acções concretas, destaque para um conjunto de intervenções que visam melhorar a segurança e a racionalidade da circulação rodoviária no território municipal.

Das respostas identificadas nos quadros DPSIR para os sectores entretanto objecto de análise, foi-nos ainda possível estabelecer as seguintes acções a desenvolver no âmbito do Plano de Acção.

	Acção 1 - Campanhas de sensibilização relacionadas com poupança da água						
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Poupar os recursos hídricos e diminuir os consumos domésticos Mobilizar os cidadãos para a melhoria do comportamento ambiental 						
Síntese	<p>Campanhas de Sensibilização relacionadas com a poupança da água junto de entidades e empresas</p> <p>Continuidade e reforço de campanhas de sensibilização na área do Recurso Natural Água, junto da população escolar</p> <p>Campanhas de sensibilização na área do Recurso Natural Água, junto da população em geral</p>						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Campanhas dirigidas à população escolar	X	X	X	X	X	X
	Campanhas dirigidas às empresas e entidades públicas	X	X	X	X	X	X
	Campanhas dirigidas à população em geral	X	X	X	X	X	X
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> Resistência da população à mudança de comportamentos 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Existência de campanhas anteriores Mais sensibilidade da população para não desperdiçar o recurso água 						
Modelo de gestão	As campanhas deverão ser dinamizadas pelo Município e Águas do Minho e Lima						
Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> QREN 						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> Consumos de água Comportamento Ambiental da população através da adesão às campanhas 						

Acção 2 - Mobilização para adesão à ligação à rede de saneamento público							
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a utilização de fossas sépticas • Melhorar a qualidade das águas subterrâneas 						
Síntese	Criação de meios para divulgação dos serviços efectuados pela autarquia (TIC) para a população abrangida pela rede de saneamento						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Criação de meios para divulgação	X					
	Divulgação		X	X	X	X	X
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência da população • Fracos recursos económicos 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização dos cidadãos para a melhoria do comportamento ambiental 						
Modelo de gestão	As acções deverão ser dinamizadas pelo Município						
Financiamento	Orçamento municipal e consumidores						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Caudais de tratamento nas ETAR • N° de ligações à rede de saneamento por freguesia 						

	Acção 3 - Ampliação da rede de saneamento básico ao interior do concelho, incluindo respostas específicas de melhoria das condições de salubridade em núcleos mais dispersos						
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos • Estabelecer a equidade entre os níveis de serviço disponíveis para a população do concelho • Diminuir a utilização de fossas sépticas 						
Síntese	Extensão da rede de saneamento básico ao interior do concelho, ETAR Compacta						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Ampliação do saneamento	X	X	X			
	Construção de ETAR compactas			X	X	X	X
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos Financeiros • Características do interior do concelho 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Linhas de candidatura ao QREN para financiamento 						
Modelo de gestão	As acções deverão ser dinamizadas pelo Município						
Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> • QREN • Orçamento Municipal 						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Caudais de tratamento nas ETAR • Nº de ligações 						

	Acção 4 - Educação Ambiental- Campanhas de prevenção da produção de resíduos sólidos urbanos (RSU), incremento da separação dos RSU na origem e correcta utilização do equipamento (Ex. Contentores, Ecopontos, Ecocentros)						
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> • Dissociar a produção de resíduos do crescimento económico; • Alcançar metas nacionais de reciclagem e valorização de Resíduos de Embalagens (RE); • Alcançar metas nacionais de desvio de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) de Aterro; • Aumentar o tempo de vida útil do Aterro • Sensibilizar e mobilizar os cidadãos para a melhoria do comportamento ambiental 						
Síntese	Realização de campanhas de prevenção da produção de resíduos sólidos urbanos (RSU), incremento da separação dos RSU na origem e correcta utilização do equipamento fornecidos pelo concelho à população em Geral e à população escolar						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Campanhas de redução na origem	X	X	X	X	X	X
	Campanhas de separação RSU na origem	X	X	X	X	X	X
	Campanhas sobre a correcta deposição dos RSU	X	X	X	X	X	X
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência da população 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de campanhas anteriores • Existência de infra-estruturas para realização de campanhas de sensibilização Ex: Aquamuseu 						
Modelo de gestão	As campanhas deverão ser dinamizadas pelo Município e Valorminho						
Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> • QREN 						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidades de RSU produzidos • Quantidade de RSU reciclados • Comportamento Ambiental da população 						

Acção 5 - Divulgação dos serviços efectuados pela autarquia ex. Recolha de Resíduos de Equipamento Electrico e Electronico (REEE) e Monstros																						
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a redução dos gases de efeito de estufa (GEE), no âmbito de Protocolo de Quioto; garantir uma gestão adequada dos resíduos urbanos em alinhamento com estratégias comunitárias e mediante o cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicável. • Diminuir as lixeiras clandestinas 																					
Síntese	Criação de meios para divulgação dos serviços efectuados pela autarquia (TIC) para todo tipo de população																					
Plano de trabalhos	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2008</th> <th>2009</th> <th>2010</th> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Criação de meios para divulgação</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Divulgação</td> <td></td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> </tr> </tbody> </table>		2008	2009	2010	2011	2012	2013	Criação de meios para divulgação	X						Divulgação		X	X	X	X	X
		2008	2009	2010	2011	2012	2013															
	Criação de meios para divulgação	X																				
Divulgação		X	X	X	X	X																
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência da população 																					
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria na gestão de resíduos urbanos • Mais sensibilidade da população para entrega correcta dos REEE 																					
Modelo de gestão	As acções deverão ser dinamizadas pelo Município																					
Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> • QREN 																					
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de resíduos urbanos reciclados • Comportamento Ambiental da população através da adesão às campanhas 																					

	Ação 6 - Divulgação dos locais de deposição dos diferentes fluxos Ex: Pneus; REEE etc.						
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a redução dos gases de efeito de estufa (GEE), no âmbito de Protocolo de Quioto; garantir uma gestão adequada dos resíduos urbanos em alinhamento com estratégias comunitárias e mediante o cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicável. Diminuir as lixeiras clandestinas 						
Síntese	Criação de meios para divulgação dos serviços efectuados pela autarquia (TIC) para todo tipo de população						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Criação de meios para divulgação	X					
	Divulgação		X	X	X	X	X
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> Resistência da população 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria na gestão de resíduos urbanos Mais sensibilidade da população para entrega correcta dos REEE e pneus 						
Modelo de gestão	As acções deverão ser dinamizadas pelo Município e Valorminho						
Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> QREN 						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de resíduos urbanos reciclados Comportamento Ambiental da população 						

Acção 7 - Implementação de recolha selectiva nos serviços administrativos																						
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Alcançar as metas nacionais de desvio de RUB de Aterro Alcançar as metas nacionais de reciclagem e valorização de RE Aumentar a vida útil do aterro 																					
Síntese	Distribuição de caixas de cartão pelos serviços administrativos permitindo a separação de RSU correctamente																					
Plano de trabalhos	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2008</th> <th>2009</th> <th>2010</th> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Distribuição das caixas</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Recolha do material separado</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> </tr> </tbody> </table>		2008	2009	2010	2011	2012	2013	Distribuição das caixas	X						Recolha do material separado	X	X	X	X	X	X
	2008	2009	2010	2011	2012	2013																
Distribuição das caixas	X																					
Recolha do material separado	X	X	X	X	X	X																
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> Resistência da população 																					
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria na gestão de resíduos urbanos Caracterização de resíduos efectuadas 																					
Modelo de gestão	As acções deverão ser dinamizadas pelo Município e Valorminho																					
Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> Valorminho Agenda XXI 																					
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> Quantidades de RSU produzidos Quantidade de RSU reciclados Adesão dos funcionários às campanhas 																					

Acção 8 - Implementação da compostagem de Verdes																													
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Alcançar as metas de desvio de RUB de Aterro Aumentar a vida útil do aterro 																												
Síntese	Implementação da compostagem de Verdes produzidos nos jardins municipais																												
Plano de trabalhos	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2008</th> <th>2009</th> <th>2010</th> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Escolha do Local</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Preparação do local (Obra) com o equipamento necessário</td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Acompanhamento do processo de compostagem</td> <td></td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> </tr> </tbody> </table>		2008	2009	2010	2011	2012	2013	Escolha do Local	X						Preparação do local (Obra) com o equipamento necessário		X					Acompanhamento do processo de compostagem		X	X	X	X	X
	2008	2009	2010	2011	2012	2013																							
Escolha do Local	X																												
Preparação do local (Obra) com o equipamento necessário		X																											
Acompanhamento do processo de compostagem		X	X	X	X	X																							
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> Resistência da população Fracos recursos financeiros 																												
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria na gestão de resíduos urbanos Caracterização de resíduos efectuadas 																												
Modelo de gestão	As acções deverão ser dinamizadas pelo Município e Valorminho																												
Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> QREN 																												
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> Quantidades de RSU produzidos Quantidade de RSU reciclados Comportamento Ambiental da população e adesão da população às campanhas 																												

Acção 9 - Compostagem caseira – Composteiras																																																									
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Alcançar as metas de desvio de RUB no aterro Mobilizar os cidadãos para a melhoria do comportamento ambiental 																																																								
Síntese	Implementação da compostagem caseira numa zona piloto e escolas, dos resíduos orgânicos produzidos																																																								
Plano de trabalhos	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2008</th> <th>2009</th> <th>2010</th> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Compra dos Compostores</td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Escolha da zona piloto</td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Distribuição dos compostores</td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Acompanhamento do processo</td> <td></td> <td>X</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Análise dos resultados</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nova Zona pilotos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Acompanhamento e análise de resultados</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td>X</td> </tr> </tbody> </table>		2008	2009	2010	2011	2012	2013	Compra dos Compostores		X					Escolha da zona piloto		X					Distribuição dos compostores		X					Acompanhamento do processo		X	X				Análise dos resultados				X			Nova Zona pilotos				X			Acompanhamento e análise de resultados					X	X
	2008	2009	2010	2011	2012	2013																																																			
Compra dos Compostores		X																																																							
Escolha da zona piloto		X																																																							
Distribuição dos compostores		X																																																							
Acompanhamento do processo		X	X																																																						
Análise dos resultados				X																																																					
Nova Zona pilotos				X																																																					
Acompanhamento e análise de resultados					X	X																																																			
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> Resistência da população Fracos recursos financeiros 																																																								
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria na gestão de resíduos urbanos Caracterização de resíduos efectuadas 																																																								
Modelo de gestão	As acções deverão ser dinamizadas pelo Município e Valorminho																																																								
Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> QREN 																																																								
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> Quantidades de RSU produzidos Quantidade de RSU reciclados Comportamento Ambiental da população através da adesão á campanha 																																																								

Acção 10 - Ecoparque Ambiental																													
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Garantir uma gestão adequada dos resíduos urbanos em alinhamento com estratégias comunitárias e mediante o cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicável Mobilizar os cidadãos para a melhoria do comportamento ambiental Alcançar metas nacionais de reciclagem e valorização de RE 																												
Síntese	Construção de um Ecocentro para deposição de sucatas, monos, REEE, Óleos alimentares, etc... com carácter didáctico e perfeitamente integrado.																												
Plano de trabalhos	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2008</th> <th>2009</th> <th>2010</th> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Projecto do Ecoparque</td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Construção do Ecoparque</td> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Funcionamento do Ecoparque</td> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> </tr> </tbody> </table>		2008	2009	2010	2011	2012	2013	Projecto do Ecoparque		X					Construção do Ecoparque			X				Funcionamento do Ecoparque			X	X	X	X
		2008	2009	2010	2011	2012	2013																						
	Projecto do Ecoparque		X																										
	Construção do Ecoparque			X																									
Funcionamento do Ecoparque			X	X	X	X																							
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> Resistência da população Fracos recursos financeiros 																												
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria na gestão de resíduos urbanos Caracterização de resíduos efectuadas 																												
Modelo de gestão	As acções deverão ser dinamizadas pelo Município e Valorminho																												
Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> QREN 																												
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> Quantidades de RSU produzidos Quantidade de RSU reciclados Comportamento Ambiental da população através da utilização do ecoparque 																												

Acção 11 - Beneficiação da N13																						
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a circulação dos cidadãos Utilizar correctamente o espaço público, facilidade de deslocação 																					
Síntese	Beneficiação da N13, com o melhoramento do piso, imagem urbana, espaços verdes, estacionamento dispersos.																					
Plano de trabalhos	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2008</th> <th>2009</th> <th>2010</th> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Elaboração do projecto</td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Execução da obra</td> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		2008	2009	2010	2011	2012	2013	Elaboração do projecto		X					Execução da obra			X	X	X	
	2008	2009	2010	2011	2012	2013																
Elaboração do projecto		X																				
Execução da obra			X	X	X																	
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> Fracos Recursos Económicos 																					
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Prolongamento da A28 até à EN13 																					
Modelo de gestão	O projecto deverá ser dinamizado pelo município tendo como parceiro a EP as juntas de freguesia envolvidas																					
Financiamento	Orçamento Estado e QREN																					
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> Nº de acidentes 																					

	Acção 12 - Remodelação da praça da Galiza (recinto da Feira) com criação de parque de estacionamento subterrâneo						
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a circulação rodoviária e das condições de segurança • Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos • Utilizar o espaço público, facilitar a deslocação na Vila • Aumentar a capacidade de estacionamento na Vila 						
Síntese	Remodelação da praça da Galiza (recinto da Feira) com criação de parque de estacionamento subterrâneo						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Elaboração do projecto	x					
	Execução da Obra		x	x			
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência da população pelo pagamento do estacionamento 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Boa utilização do espaço público • Facilidade de deslocação na Vila 						
Modelo de gestão	O projecto deverá ser dinamizada pelo Município						
Financiamento	Orçamento Municipal e QREN						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de carros estacionados • Prazo de execução da obra 						

	Acção 13 - Requalificação dos espaços públicos e melhoria de acessibilidade a equipamentos a pessoas com mobilidade condicionada						
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o nível de autonomia na acessibilidade e mobilidade na via pública e no acesso aos equipamentos colectivos • Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos com mobilidade condicionada 						
Síntese	Implementação de medidas de acessibilidade na via pública, em edifícios públicos em transportes e informação e comunicação						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Elaboração do projecto	x					
	Execução da obra		x	x	x	x	x
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Fracos Recursos Económicos 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilidade da população para a implementação da acção 						
Modelo de gestão	O projecto deverá ser dinamizadas pelo Município						
Financiamento	Orçamento municipal e QREN						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • N° de intervenções no espaço público • N° de intervenções nos equipamentos 						

	Acção 14 - Intervenção na Rede Rodoviária ex. Beneficiação da rede viária municipal; Construção de passagem inferior à EN13 em Campos; criação de passagens desniveladas à linha de caminho –de - ferro						
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a circulação rodoviária e das condições de segurança Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos 						
Síntese	<p>Realização de novos traçados</p> <p>Acção 1-Realização da construção de passagem inferior à EN13 em Campos</p> <p>Acção 2-Criação de passagens desniveladas á linha de caminho-de-ferro</p> <p>Acção 3-Beneficiação da rede viária municipal</p>						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Elaboração do projecto						
	Acção 1	X					
	Acção 2	X					
	Acção 3	X					
	Execução do Projecto						
	Acção 1		X	X			
	Acção 2		X	X			
	Acção 3		X	X			
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> Fracos Recursos Económicos 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da circulação rodoviária 						
Modelo de gestão	O projecto deverá ser dinamizado pelo Município e EP						
Financiamento	Orçamento municipal e QREN						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> Nº de Obras realizadas Prazos das Obras (Acção 1, Acção 2, Acção 3) 						

4.4 – Intervenção Social

No seguimento do processo participativo, um dos eixos considerados prioritários inscreve-se no domínio da **acção social**, com incidência particular em alguns grupos de risco, na questão da habitação social e nos aspectos ligados à saúde.

O diagnóstico, perspectivado enquanto conhecimento que não se fixa nas manifestações aparentes e que conduz a uma intervenção organizada, enquadra e identifica os problemas segundo uma lógica de compreensão dos impactos, assente em indicadores/fontes que monitorizam as acções, retratando as dinâmicas sociais. Mais que os dados, as tendências projectam nos decisores, nos agentes de intervenção e nos cidadãos uma responsabilidade acrescida na concepção e execução do plano de acção.

Para melhor perceber os critérios, os objectivos e as estratégias, apresentamos três grelhas de análise sequenciais e relacionais. Tal como se percebe, o modelo proposto não é o adoptado nos eixos anteriores, - DPSIR, mas proporciona, em fase de diagnóstico, uma leitura muito semelhante.

De acordo com a primeira grelha, a identificação e a priorização dos grupos de risco resulta da participação dos técnicos, do acesso aos dados publicados pelos diferentes serviços e da consulta aos cidadãos, aquando das reuniões participativas. Na verdade, o número e a tipologia dos maus-tratos têm agravado nos últimos anos, de acordo com a avaliação efectuada no âmbito da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. Tanto a negligência, como o risco de abandono escolar como a adopção de práticas desviantes aparecem como as primeiras manifestações de maus-tratos, afectando mais jovens do sexo masculino, e com uma maior frequência na freguesia de Loivo.

Entre processos que se encerram e outros que são instaurados, a CPCJ, mantém meia centena de casos em permanência, que exigem dos profissionais e dos serviços uma atenção redobrada, uma vez que o perigo é uma constante. Os menores, no seu

meio natural, são vítimas das práticas imprudentes/negligentes dos seus familiares, com reflexos no desenvolvimento/crescimento.

Onde se evidenciam mais esses traços é no contexto escolar, onde as saídas precoces, o insucesso escolar, os comportamentos revelam instabilidade emocional e debilidades físicas. Mais do que os poucos recursos a ausência de afectos acarreta danos, quase irreparáveis na trajectória de muitas crianças. Amanhã, também eles desmultiplicarão, outras, senão novas, formas de pobreza e exclusão.

Se procuramos promover o desenvolvimento, então as desigualdades tem que ser corrigidas, conferindo plenos direitos e deveres de cidadania, como pretendeu a convenção dos direitos da criança. As oportunidades constroem-se em democracia, sem lugar à discriminação.

A negligência familiar, a ausência de competências pessoais, sociais e parentais está muitas das vezes associada ao consumo de álcool. Estes consumidores ficam prisioneiros duma substância que lhes provoca prejuízos graves na construção de um projecto de vida estável e saudável. Quantos filhos já não são “herdeiros” desse consumo? Os baixos rendimentos, os fracos desempenhos, quer no contexto familiar, escolar, profissional e social, fragiliza o indivíduo e coloca-o vulnerável e permeável a outras situações de risco, sob o ponto de vista físico, mental e emocional.

A dependência, o insucesso, a insegurança e o isolamento antecipam a morte social de muitos indivíduos, de muitas famílias, de algumas sociedades. Durante séculos perpetuaram-se hábitos que as campanhas e a informação ainda não conseguiram corrigir e os números falam por si. Desde os estudos até às consultas de apoio psicológico, Vila Nova de Cerveira, regista níveis de consumo transversais às idades, ao género, aos grupos e às categorias sociais que seria importante e urgente combater. É claro que sempre que o consumo se verifica em indivíduos que tem menos oportunidades, eleva consideravelmente a probabilidade de risco de exclusão. Tratando-se da maior toxicoddependência nacional, com taxas na ordem do quase 10% no distrito e com sinais evidentes nas situações de acidente, de internamento e de morte, o nosso concelho não é excepção. Em conformidade com os dados facultados pelo GAPPT, promovido pelo PDDDC em parceria com o centro de saúde, em cinco

anos, foram realizadas cerca de 1020 consultas, referenciados 124 doentes alcoólicos, onde foi possível registar 30 situações de violência doméstica.

Ainda que apresentados separadamente, os problemas apontados estão intimamente interligados, o que nos impede reflexões muito estanques e parcelares. E, quanto maior é o grau de aproximação de cada um dos problemas aqui abordados mais difícil e exigente é a intervenção.

Neste sentido, as assimetrias sociais e territoriais são testemunhadas, essencialmente, pelos mais velhos. Este grupo considerado por alguns autores como os resistentes, os residentes e os rurais, vivem isolados, inseguros e dependentes.

O concelho em 2006, segundo os dados do INE, apresenta um índice de envelhecimento na ordem dos 165,5 e de dependência de 35,0, o que confirma o progressivo envelhecimento da população. Os baixos níveis de participação, os níveis de rendimentos baixos e os gastos com a saúde colocam este grupo, como destinatários alvo de um plano de acção. Em rigor, trata-se de pessoas mais velhas e em risco, excluídas da sociedade, alguns institucionalizados, outros a viverem sós, em condições paupérrimas, sem conforto e com inúmeras barreiras arquitectónicas. As dificuldades físicas que afectam a mobilidade e a ausência de uma rede de transportes pública regular e ajustada a este segmento, divide cada vez mais o interior do litoral.

As novas aquisições de imóveis e a recuperação de algum património a interior escuda-se no anonimato, as redes de vizinhança e inter ajuda das comunidades são substituídas por cumprimentos ocasionais, pouco fecundos, sem grandes cumplicidades.

No seguimento a habitação social, enquanto resposta àqueles que possuem menos rendimentos, encerra hoje alguns problemas.

Primeiro, o bairro social da Mata Velha, composto por 74 fogos, apresenta características típicas de bairro, enquanto comunidades fechadas, que desenvolvem sociabilidades de micro-grupos ritualizadas e adeptas de práticas e condutas

desviantes. Desde 1999, o bairro social da Mata-Velha já respondeu ao realojamento/alojamento de 85 famílias.

A reprodução dos ciclos está garantida pela adopção de comportamentos e hábitos marginais. As relações e os contactos baseiam-se no imediato e no prazer. Os compromissos a médio e longo prazo são residuais, fragilizando as relações de confiança. As oportunidades, transformam-se muitas vezes em ameaças. A imagem do bairro é paradoxal e simbólica. Quem lá vive refere o lugar de residência de forma a legitimar uma autoridade agressiva, legalizando a sua situação de vítima. Os outros, ainda que atraídos pelos valores das rendas e pela localização geográfica, preferem outras alternativas a carregar o estereótipo de ser morador do bairro social da Mata-Velha.

Nesta dupla perspectiva, aumentam as dificuldades na intervenção porque se por um lado os critérios de avaliação na gestão deste recurso são limitados, por outro os problemas instalados assumem proporções que não se compadecem com respostas pontuais.

Anualmente, os serviços sociais da autarquia registam uma média de 15 pedidos de habitação social.

Depois, na comunidade é escassa a oferta de habitação a preços controlados o que retira alguma capacidade de negociação na procura de alojamento. Um dos perigos que esta situação acarreta prende-se com a deslocação de mais jovens para outros concelhos, ou, em última instância a sobrelotação, algumas delas em estados de degradação muito avançado, a exigirem obras urgentes de remodelação.

A prática de preços muito elevados, leva a que alguns agregados, por exemplo, encontrem no pedido de uma habitação social a possibilidade de vir adquirir uma casa a preços mais baixos. Gizar uma resposta ao nível da habitação é intervir na família. É pensar que as mudanças na estrutura se podem operar paulatinamente e ponderada, sem graves prejuízos como acontece nos grandes centros urbanos.

ESTABELECIMENTO DE PRIORIDADES

Neste quadro, e depois de conhecer as causas e as manifestações de alguns dos problemas tratados, procura-se agir, verificando se existem condições favoráveis para decidir e criar um plano de acção. Elencados os problemas, parece-nos necessário investir na qualidade dos serviços prestados numa perspectiva de combate à institucionalização dos menores e dos idosos (CAT e alargamento do AI). No que diz respeito aos consumos, em especial o alcoolismo, a criação de uma resposta específica, - consulta de alcoologia, com forte intervenção por parte dos agentes de saúde, pode levar à obtenção de resultados e mudanças mais satisfatórias, actuando quer na prevenção como no tratamento/acompanhamento.

Por outro lado, o problema da **habitação social** requer uma intervenção mais faseada já que envolve financiamentos avultados. Assim, desde o recurso a associações de voluntariado como a HABITAT, à divulgação/informação da população de todos os apoios disponíveis, até a alguns apoios eventuais, numa primeira fase poderia ser o caminho a seguir. Num contínuo e conforme as oportunidades, quer através de alguma candidatura, quer com a parceria do governo (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), em algum programa específico, procurar definir territórios estratégicos para afectar a construção a preços controlados.

No que se refere à **saúde**, passa por canalizar os recursos para os objectivos a traçar, numa lógica de trabalho comunitário e de proximidade.

TENDÊNCIAS E ESTRATÉGIAS RELATIVAS AOS PROBLEMAS PRIORITÁRIOS

Atendimento Integrado

- Parceria
- Respostas integradas e integradoras
- Gestão dos recursos locais
- Fomentar o Associativismo Local

Integrado num processo de mudança e de melhoria da qualidade dos serviços, a autarquia redefiniu alguns procedimentos internos, especificando o modo de

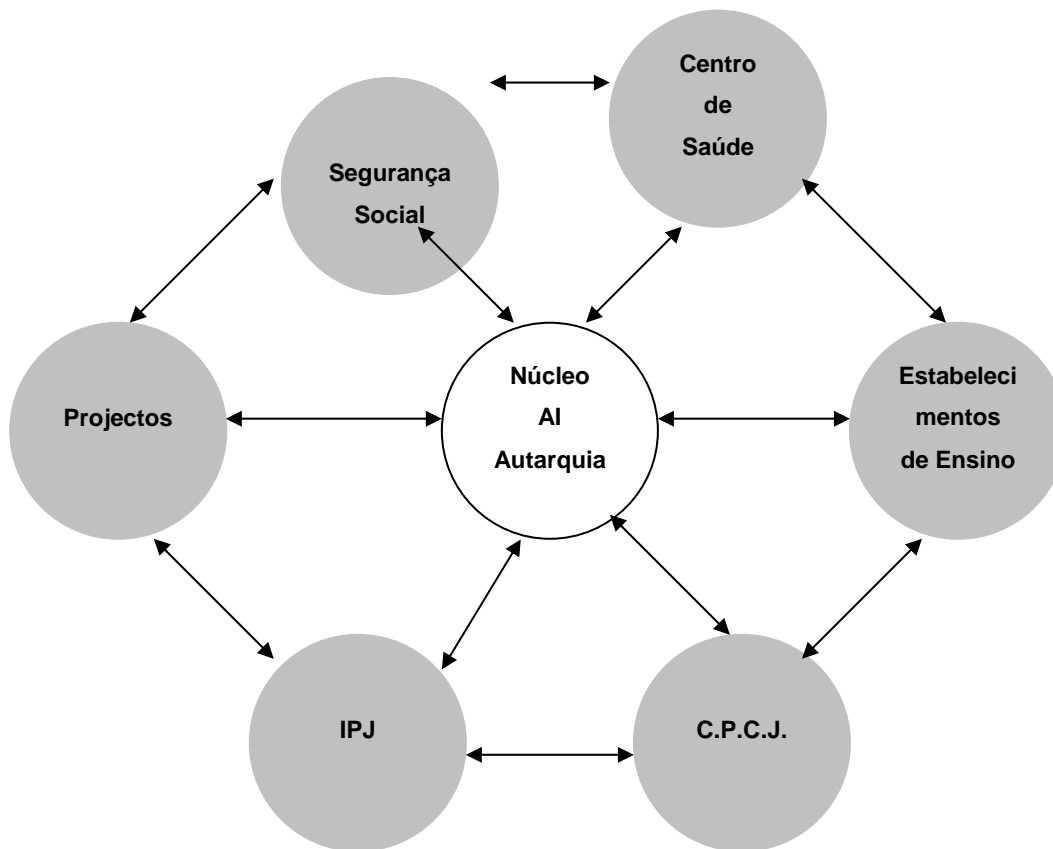
funcionamento de algumas áreas e globalizando algumas competências no domínio das comunicações internas e inter-sectoriais.

Independentemente deste enquadramento, os serviços relacionados com a intervenção social carecem de respostas mais audazes, proporcionando um nível de satisfação maior aos utentes (utilizadores) e aos técnicos (servidores).

Para tanto, a presente proposta insere diferentes domínios da área social, respeitando uma articulação integrada e conjunta, subjacente aos seguintes princípios de acção:

- **Integração:** possibilitar a todos munícipes a mesma igualdade de oportunidade nos vários domínios sociais, promovendo o exercício efectivo de cidadania, protegendo os grupos mais vulneráveis;
- **Articulação:** criação de um modelo de comunicação entre as diversas esferas de actuação (técnicos e parceiros) permitindo uma maior coordenação na planificação das acções e na intervenção social;
- **Comunicação:** estabelecimento de regras e normas internas e externas que equilibrem a interacção entre sectores da autarquia e a rede de parceiros, tornando as respostas mais céleres;
- **Cooperação:** definição de acções concretas envolvendo os parceiros de forma a ajustar os diferentes modos de intervenção, através da co-responsabilização e contratualização das acções;
- **Eficácia:** possibilitar respostas adequadas respeitando os prazos implícitos nos acordos, considerando os tempos legais, processuais e individuais;
- **Eficiência:** capitalizar os recursos endógenos, racionalizando os meios, de forma a garantir a qualificação da intervenção;
- **Transparência:** definição de critérios que orientam a conduta e prática na área social, numa lógica interna e externa.

Parceiros



Objectivamente, procurou-se desenhar a concepção, implementação e dinamização de uma nova forma de intervenção, - **Atendimento Integrado**, como resposta capaz de corrigir algumas disfuncionalidades percebidas nesta área.

O funcionamento deste serviço, tal como está perspectivado, implica a reunião dos vários técnicos de intervenção social num mesmo espaço, independentemente da entidade a que estão vinculados. Este formato facilita a proximidade entre os técnicos e os utentes. Esta estratégia prevê a articulação com os meios de atendimento móveis (Projecto ASA e Unidade Móvel de Saúde) enquanto recurso de aproximação aos cidadãos, ultrapassando as dificuldades da mobilidade e permitindo a igualdade de oportunidade aos serviços.

Esta articulação e respectiva comunicação entre os vários intervenientes implicam a disponibilização, acesso e utilização de uma base de dados comum.

- Serviços de proximidade (articulado com o serviço de atendimento integrado):

Deslocar os serviços para o interior do concelho

Unidade móvel de serviços sociais e culturais

Unidade móvel de cuidados de saúde

- Campanhas de sensibilização/informação (articulado com o serviço de atendimento integrado):

Participação e cidadania (conceitos chave a tratar)

Envolvimento das escolas, da comunidade

Utilizar slogans recicláveis (chocar, alertar e economizar)

Economizar recursos

De acordo com a análise anterior e as respostas propostas, de forma esquemática, descreve-se a matriz que define o enquadramento lógico subjacente a cada acção.

Ação 1 – Atendimento Integrado																																				
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> • Rentabilizar recursos (humanos, materiais e financeiros) • Diminuir situações de pobreza e exclusão social • Promover o desenvolvimento local 																																			
Síntese	O trabalho em equipa e em parceria, centrado em processos e atendimentos partilhados, permite obter melhores desempenhos e resultados na intervenção social local.																																			
Plano de trabalhos	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">2008</th> <th style="text-align: center;">2009</th> <th style="text-align: center;">2010</th> <th style="text-align: center;">2011</th> <th style="text-align: center;">2012</th> <th style="text-align: center;">2013</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Criação das ferramentas de trabalho</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Formação equipa técnica</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td></td> <td></td> <td style="text-align: center;">X</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nichos de trabalho</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td style="text-align: center;">X</td> </tr> <tr> <td>Avaliação</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td style="text-align: center;">X</td> </tr> </tbody> </table>		2008	2009	2010	2011	2012	2013	Criação das ferramentas de trabalho	X						Formação equipa técnica	X			X			Nichos de trabalho	X	X	X	X	X	X	Avaliação	X	X	X	X	X	X
	2008	2009	2010	2011	2012	2013																														
Criação das ferramentas de trabalho	X																																			
Formação equipa técnica	X			X																																
Nichos de trabalho	X	X	X	X	X	X																														
Avaliação	X	X	X	X	X	X																														
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca adesão da rede de parceiros • Atrasos na disponibilização dos meios técnicos e financeiros, designadamente do espaço que facilite este atendimento 																																			
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de diferentes respostas sociais • Existências de técnicos com formações específicas • Existência de unidades móveis 																																			
Modelo de gestão	O núcleo de gestão e de coordenação cabe à autarquia que assume a competência de fomentar uma política social activa, voltada para os parâmetros da qualidade e da sustentabilidade assegurados pela economia de meios e pela co-responsabilização dos parceiros locais, através do recurso a um protocolo de cooperação local.																																			
Financiamento	Candidatura ao QREN e/ou aos Contratos Locais de Desenvolvimento Social																																			
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Número de técnicos/parceiros • Número de atendimentos (processos instaurados) • Processos encerrados • Tipo de serviço 																																			

	Ação 2 – Serviços de Proximidade						
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> • Combater o isolamento e a insegurança dos mais velhos • Atenuar as assimetrias territoriais e sociais do concelho • Prevenir situações de risco 						
Síntese	Deslocar pessoas e meios para as localidades, nomeadamente aquelas mais distantes da sede do concelho, valorizando as pessoas através da “consulta” no local, evitando atrasos que potenciam o risco social e/ou o empobrecimento gradual pela falta de recursos para a deslocação ou tratamento. Por outro lado, a especificidade dos espaços e dos serviços é facilitada pela “triagem” antecipada das situações.						
Plano de trabalhos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
	Serviço de Atendimento Local	X	X	X	X	X	X
	Unidade de Saúde Móvel		X	X	X	X	X
	Qualificadores Locais	X	X	X	X	X	X
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Predominância de uma “centralidade” dos serviços • Falta de recursos financeiros • Poucos recursos humanos, especialmente, na área da saúde. 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação com o Atendimento Integrado • Existência da viatura, no âmbito do projecto ASA 						
Modelo de gestão	A autarquia assume a promoção destes serviços em parceria com o centro de saúde e a segurança social, que contractualização algumas competências nesta dinâmica.						
Financiamento							
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Número de atendimentos • Frequência dos serviços • Áreas prioritárias pela nro de casos e tipologia das situações • Nro de gabinetes de atendimento local criados 						

	Ação 3 – Consulta de Alcoologia						
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir os casos de consumo • Reforçar os factores protectores na intervenção 						
Síntese	Facultar o apoio psicológico, social e clínico a doentes alcoólicos no sentido de impedir a desmultiplicação de risco e facilitar a recuperação de alguns casos, num regime de atendimento regular e permanente, ajustado às necessidades dos doentes.						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Constituição da equipa	X					
	Divulgação do Serviço	X	X	X	X	X	X
	Avaliação e implementação do serviço	X	X	X	X	X	X
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Socialmente aceite o consumo do álcool • Facilidade no acesso ao consumo precoce e regular • Fraca “adesão” por parte dos profissionais da área da saúde 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Existência do atendimento integrado • Existência da unidade de saúde móvel • De 2003 a 2007 Gabinete de atendimento psicológico a alcoólicos e toxicodependentes. 						
Modelo de gestão	O Centro de Saúde em parceria com outras entidades dinamiza esta consulta em regime de gabinete e ambulatório.						
Financiamento	Orçamento Municipal e Segurança Social						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Número de atendimentos • Número de casos de recuperação • Número de casos de risco 						

Ação 4 – Centro de Acolhimento Temporário							
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a continuidade do CACF • Reforçar a protecção de crianças e jovens em risco • Evitar a institucionalização de menores em situação de risco 						
Síntese	Melhorar a intervenção social junto de crianças e jovens em risco e respectivas famílias facilitando os processos de integração.						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Afectação de uma infra-estrutura	X	X				
	Seleção da entidade executora da acção			X			
	Protocolar o funcionamento da resposta social			X			
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência de candidatura ou de recursos financeiros avultados 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Existência do projecto ASA, em concreto a acção do CACF • Existência do atendimento integrado (concretamente com a CPCJ) • QREN 						
Modelo de gestão	A autarquia executa uma obra de construção/adaptação/remodelação de um edifício para afectar o funcionamento do Centro de Acolhimento Temporário, assumido por uma IPSS de forma a ser possível estabelecer o acordo de cooperação com a segurança social						
Financiamento	Candidatura ao QREN						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Número de meninos acolhidos • Número de crianças que regressam ao seu meio natural de origem • Número de pedidos de acolhimento • Número de crianças institucionalizadas 						

Acção 5 – Apoio no acesso à habitação							
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Reformular os critérios de atribuição da habitação social Criar apoios eventuais a obras de beneficiação Favorecer a construção no interior do concelho Potenciar o arrendamento jovem e para famílias mais vulneráveis ao risco 						
Síntese	Desencadear mecanismos de facilitação no processo de aquisição e/ou arrendamento de habitação. Evitar a deslocação dos jovens para outros concelhos e facilitar a fixação de outros agregados não residentes.						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Alteração do Regulamento	X					
	Apoios eventuais	X	X	X	X	X	X
	Candidatura Programa Nacional	X	X	X	X	X	X
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidade de exploração imobiliária Falsas declarações Carências de recursos financeiros 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> Existência do Atendimento Integrado QREN 						
Modelo de gestão	A autarquia, através do serviço social, desencadeia gradualmente apoios ao arrendamento e facilita a atribuição da habitação social. Este processo é facilitado pela parceria com a segurança social, com o instituto nacional de habitação e apoio financeiro municipal?						
Financiamento	Apoio através de programas nacionais e/ou comunitários						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> Número de pedidos de arrendamento Número de pedidos de habitação social Número de casas atribuídas Número de habitações apoiadas 						

Acção 6 – Campanha de sensibilização/informação							
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> • Consciencializar a comunidade para a mudança de comportamentos • Envolver a comunidade na obtenção de resultados • Criar um Clube de Pais • Evitar peras e desperdícios 						
Síntese	<p>Tornar mais eficientes e eficazes os sistemas de comunicação, permitindo a verificação no local dos reais contributos e das suas repercussões em termos globais, recorrendo a modelos comparativos.</p> <p>A autarquia e entidades com uma forte responsabilidade na área da cidadania (escolas e empresas ligadas ao ambiente e ao sector económico) direccionarem recursos para adopção de uma estratégia comum, pedagógica e participativa.</p>						
Plano de trabalhos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Identificar áreas chave	X	X	X	X	X	X
	Demonstração dos impactos e criação de metas	X	X	X	X	X	X
	Valorização dos resultados	X	X	X	X	X	X
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca cultura de participação • Adopção de uma linguagem pouco “universal” 						
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • 2008 ano internacional do PLANETA TERRA • III Fase da Agenda 21 Local • Existência da Valor Minho, das Águas do Minho Lima, Eólicas • Articulação com outros planos, outras estratégias municipais 						
Modelo de gestão	A campanha deve ser dirigida por uma equipa especialista em técnicas de publicidade e marketing, financiada pelas empresas e assumidas na estratégia municipal, num plano supra-municipal						
Financiamento	Orçamento Municipal e QREN						
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Número de entidades • Número de mensagens • Número de notícias acerca da iniciativa • Participação das pessoas nos resultados obtidos 						

5. CONCLUSÕES

Mais que um ponto de chegada, a elaboração deste trabalho, deve ser encarada como um ponto de partida.

Se é verdade que se conseguiu, pelo menos, fazer avançar a “cidadania”, através da participação activa das populações na discussão dos problemas que as afectam e na inventariação de possíveis soluções, não é menos verdade que o mais difícil está por concretizar.

Desde logo, não se pode esmorecer.

Ou seja, haverá que dar lugar a novos momentos de participação dos cidadãos na discussão das questões que têm a ver com o “bem comum”. A realização de novas reuniões participativas, de outras formas de participação pública, como poderá ser o “orçamento participativo”, não devem sair dos horizontes das autoridades locais.

A construção deste edifício, se quisermos, começou aqui.

Apenas estão lançadas as suas bases. Agora importa continuar a obra.

E para tal, a terceira fase deste processo é seguramente vital.

Procurar executar as acções mais importantes aqui previstas, monitorizar o processo de implementação da Agenda 21 Local – os seus efeitos e consequências – são tarefas que nos deverão preocupar daqui em diante e para as quais é necessário dar o melhor.

O que está em causa é a credibilidade do trabalho que agora se apresenta e, sobretudo, das pessoas que julgaram que era importante, por esta via, contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável.

É este o nosso desejo e a nossa ambição.

Para que “escrever o futuro” seja uma realidade.

ANEXO A: Equipa Técnica

- Escola Superior de Biotecnologia - Universidade Católica Portuguesa: Isabel Matias
- Formandos da Pós-Graduação da Agenda 21 Local de Vila Nova de Cerveira: Ana Silva, Carolina Castro, Luís Pinheiro e Nuno Correia
- Técnicos do Município de Vila Nova de Cerveira: Emanuel Oliveira, José Carlos Antunes e Sónia Antunes

ANEXO B: Entidades Envolvidas

Agrupamento de Escolas

Antolim

Associação Cultural Convento de S. Paio

Associação de Pais da EB 2,3 de V. N. Cerveira

Associação de Pais do Colégio de Campos

Associação Desportiva e Cultural da Juventude de Cerveira

Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Lovelhe

Associação Projecto

Bombeiros Voluntários de V.N.Cerveira

Centro de Cultura de Campos

Centro de Saúde

Centro P. P. Social e Cultural de Reboreda

Centro Paroquial de S. Miguel de Sapardos

Centro Paroquial e Social de Campos

Centro Paroquial e Social de Covas

Centro Paroquial e Social de Gondarém

Centro Paroquial e Social de Lovelhe

Clube Celtas do Minho

Clube Desportivo de Cerveira

Colégio de Campos

Dalphimetal

Deputados Municipais (*por amostragem*)

Escuteiros de Campos

Escuteiros de Reboreda

Estalagem Boega

Estaleiros do Atlântico

ETAP-Escola Tecnológica Artística e Profissional

Feira Nova

Fundilusa

GALLAECIA

Gestamp

GNR - Guarda Nacional República

Hospor, S.A.

Hotel Turismo do Minho

INATEL

Junta de Freguesia de Campos
Junta de Freguesia de Candemil
Junta de Freguesia de Cornes
Junta de Freguesia de Gondar
Junta de Freguesia de Gondarém
Junta de Freguesia de Loivo
Junta de Freguesia de Lovelhe
Junta de Freguesia de Mentrestido
Junta de Freguesia de Nogueira
Junta de Freguesia de Reboreda
Junta de Freguesia de Sapardos
Junta de Freguesia de Sopo
Junta de Freguesia de Vila Meã
Junta de Freguesia de Vila Nova de Cerveira
Lara & F.os, Lda (Serviço de Inspeções)
Marfrio
Mini-Preço
Parque de Campismo de Covas
Pousada D. Dinis
Rusticasa
Santa Casa da Misericórdia de V.N.Cerveira
Supra
Unisénior-Universidade Sénior de Cerveira